

O TESTEMUNHO¹

Michael Pollak

Nathalie Heinich

RESUMO

Uma análise comparativa de diferentes tipos de testemunhos dados por mulheres sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, desde depoimentos judiciais até histórias de vida coletadas como parte de um projeto de história oral, passando pela obra de caráter autobiográfico, mostram que o uso de cada uma dessas diferentes formas de testemunho implica um conteúdo diferente em termos do que é relatado e um significado diferente em termos de sua função (desde a restituição dos fatos até a recuperação de um sentido de identidade). Uma análise desse tipo mostra como procedimentos de amostragem, o método e o objeto analisado são mutuamente interdependentes: se apenas um desses três elementos constitutivos de uma construção científica variar, os outros dois também mudarão. Essa abordagem permite então reconsiderar as várias interpretações teóricas sobre a sobrevivência em situações extremas (em que as teorias de Bruno Bettelheim e Terrence Des Près representam os dois principais polos opostos) e como elas se posicionam em relação ao material empírico que as endossam ou contradizem. Dessa forma, podemos lançar luz sobre certos problemas que não foram adequadamente abordados por essa literatura.

Palavras-chave: testemunho, sobrevivência; campos de concentração, identidade, métodos de pesquisa.

ABSTRACT

The testimony.

A comparative analysis of various types of testimonies by survivors from Auschwitz-Birkenau, ranging from legal depositions to autobiographical writings and life stories collected in the context of an oral history project, shows that recourse to each of these different forms of testimony implies a different content as regards what is related, and a different meaning as regards its function (ranging from the reconstitution of events to the regaining of a sense of identity). Such an analysis makes it possible to show how sampling procedures, the method, and the object analysed are mutually interdependent: if any one of these three constitutive elements of a scientific construct varies, then the other two also change. By this means one is able to reassess how the various theoretical interpretations of survival in situations of extremity (in which the theories of Bruno Bettelheim and Terrence Des Près represent the two opposing poles) stand in relation to the empirical material which supports or contradicts them. It thus becomes possible to shed light on certain problems which have not been adequately addressed in this literature.

Keywords: testimony, survival, concentration camps; identity; research methods.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

**“O testemunho é frágil,
pois nós mesmos sempre seremos”.**

Louise Alcan, 1980.

Toda experiência extrema é reveladora dos elementos constitutivos e das condições da experiência dita “normal”, cuja característica familiar geralmente filtra a análise. Em nossa pesquisa, a experiência concentracionária², enquanto uma experiência extrema, é considerada como um elemento revelador da identidade como uma autoimagem para si mesmo e para os outros. Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem sistemas de disposição duráveis e transponíveis, princípios geradores e organizadores das práticas e das representações. A conformidade e a constância das práticas ao longo do tempo, produzidas pelo *habitus* (Bourdieu, 1980, p. 91), indicam sua proximidade fenomenológica com a noção de identidade, cujas características distintivas são a coerência e a continuidade física e psíquica do indivíduo. O *habitus* de uma pessoa gera todas as manifestações que permitem que ela seja identificada e reconhecida entre todas as outras. Ao mesmo tempo, e na medida em que os *habitus* são a incorporação da mesma história compartilhada por um grupo, «as práticas que eles engendram são mutuamente compreensíveis [...] e dotadas de um sentido objetivo que é ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendendo as intenções subjetivas e os projetos conscientes, individuais e coletivos» (Bourdieu, 1980, p. 97).

Dessa forma, emerge um sentido comum que retira de cada indivíduo, considerado separadamente, uma parte da preocupação existencial com sua identidade. Esta só se torna uma preocupação e, indiretamente, um objeto aberto à observação sociológica, quando não é mais evidente, quando o sentido comum não é mais dado de antemão e quando os *habitus* dos atores em questão, portanto suas histórias individuais, são marcadas por muitas divergências para permitir uma compreensão recíproca quase automática. Não é de surpreender, portanto, que os objetos empíricos de quase todos os estudos sobre a identidade sejam avaliados em situações de transição ou trauma que colocam os indivíduos em ruptura com seu mundo habitual. A abordagem biográfica torna-se, então, um instrumento privilegiado de investigação.

Nas ciências sociais, a escolha de abordagens qualitativas, baseadas em técnicas de tipo etnológico ou em entrevistas não dirigidas, responde muitas vezes a problemas de delimitação da população estudada, bem como à falta de conhecimentos prévios. São, portanto, as características da população em questão, muito mais do que pressupostos ideológicos e metodológicos a favor do “qualitativo” e contra o “quantitativo”, que impõem uma abordagem baseada em histórias de vida (Catani; Mazé, 1982, p. 27; Becker, 1985, p. 191)³. Na verdade, o método biográfico nas ciências sociais produziu os resultados mais convincentes quando aplicado aos fenômenos de aculturação, da imigração e das relações interétnicas,

e em momentos importantes de mudança social e econômica – cada vez, então, que um grupo social precisa se adaptar a um novo contexto e redefinir sua identidade e suas relações com outros grupos (Kohli, 1981, p. 273-293).⁴ É exatamente nessas mesmas áreas que o conceito de identidade tem encontrado uma aplicação sociológica.

Os deportados tiveram que enfrentar esse problema duplamente: em primeiro lugar, a prisão e a deportação os afastaram de seu ambiente familiar e social habituais e, em seguida, os colocaram em um ambiente prisional extremo e totalitário, com uma população composta por uma infinidade de grupos linguísticos de origens sociais e nacionais extremamente diferentes. Por outro lado, se a resistência à experiência concentracionária implica manter o sentido de si, mesmo em condições em que se é extremamente difícil assegurá-lo devido à tensão, que pode chegar à antinomia, entre a defesa da integridade física e a preservação da integridade moral, esse esforço se impõe não apenas durante o período de internação, mas também depois dele. De fato, é raro que os sobreviventes tenham reencontrado intactos seu ambiente familiar e de amizade ao retornarem dos campos, o que, mais uma vez, exigiu grandes esforços de readaptação à vida comum, aumentando o peso das recordações avassaladoras. Isso mostra como foi difícil para os deportados manterem seu senso de identidade intacto e também como, nessas condições, qualquer testemunho dessa experiência envolve não apenas a memória, mas também a reflexão sobre si. É por isso que os testemunhos devem ser considerados como instrumentos verdadeiros de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais, limitados a uma função informativa.

No entanto, a gravidade dos problemas de identidade que a deportação pode ter causado é justamente o que impede, muitas vezes, que as vítimas se deem conta do que ocorreu. O silêncio deliberado, obstáculo para toda pesquisa visando reconstruir a lógica das adaptações sucessivas às rupturas radicais no desenrolar de uma vida, é, sem dúvida, o indicador mais saliente do caráter duplamente limite da experiência concentracionária: no limite do possível e, conseqüentemente, no limite do dizível. Somente aqueles que viveram essa experiência podem falar dela com modo digno de crédito, enquanto o esforço para esquecê-la ou não evocá-la publicamente pode ser uma condição para superar esse passado.

Essa contradição é expressa na entrevista com uma sobrevivente do campo de Auschwitz-Birkenau, que disse, após alguns minutos de intervalo: “Dentro do campo, muitas vezes dizíamos a nós mesmos: devemos registrar tudo e dizer tudo quando voltarmos” e, em seguida, referindo-se ao seu retorno: “A única coisa em que eu conseguia pensar era esquecer tudo e começar minha vida novamente”. Outro exemplo da tensão constitutiva dos relatos de muitos deportados: “Eu realmente acho que é muito difícil contar a deportação porque cada pessoa vivenciou algo diferente, algo tão particular que não é possível transmiti-lo” (Pozner, 1980, p. 50).

Por isso, a vontade de testemunhar, sentida durante a prisão, acabou produzindo apenas um número relativamente restrito de testemunhos. Em razão disso, mesmo antes de se perguntar sobre as condições que tornaram possível a sobrevivência, temos o direito de perguntar o que torna possível o testemunho. Para interpretar o *corpus* de testemunhos escritos e recolhidos por meio de entrevistas, é preciso examinar as suas diferentes formas, desde os depoimentos judiciais até histórias de vida solicitadas, passando por obras e artigos de caráter autobiográfico, ou ainda as entrevistas realizadas como parte de uma pesquisa quantitativa.⁵ Cada um desses documentos é o resultado do encontro entre a disposição do sobrevivente de falar e as possibilidades de ser ouvido. Entre aquele que está disposto a reconstruir sua experiência biográfica e aqueles que lhe pedem para fazê-lo ou estão dispostos a se interessar por sua história, é estabelecida uma relação social que define os limites do que é efetivamente dizível. A raridade de testemunhos produzidos espontaneamente fora das solicitações oficiais (de ordem judicial, científica ou histórica) é um primeiro indicador das restrições da enunciação. Pois, embora a experiência concentracionária seja tanto o que faz os sobreviventes falarem quanto o que, em princípio, dá à sua história particular um interesse mais geral e justifica uma atenção especial, o fato é que tomar a palavra⁶, longe de lhes “engrandecerem”, tal como é o caso de outras “grandes testemunhas” históricas, há o risco de reativar experiências traumáticas de acontecimentos do passado que permanecem incompatíveis com a imagem que eles têm de si mesmos ou de seu sentimento de identidade. A realidade dos campos de concentração era aviltante; como podemos descrever com pudor e dignidade atos que aviltaram e humilharam a pessoa? Tomar a palavra corresponde, muitas vezes, a um desejo de superar uma crise de identidade ao nomear ou ao descrever os próprios atos que a causaram. Mas a essas raras tentativas de liberação pelas palavras, que também dependem das possibilidades objetivas de torná-las públicas, se opõe o silêncio da maioria.

A reflexão sobre os testemunhos dos sobreviventes de campos de concentração nos leva de volta ao problema do silêncio. Pois, longe de depender apenas da sua vontade ou da capacidade das testemunhas em potencial de reconstituir sua experiência, todo testemunho depende também, sobretudo, das condições sociais que o tornam comunicável, condições que evoluem com o tempo e variam de um país para outro. Mas a própria possibilidade de tornar suas memórias públicas condiciona, por sua vez, o trabalho realizado para superar as crises de identidade que estão na origem da necessidade, e da dificuldade, de testemunhar.

ABORDAGEM HISTÓRICA E REFLEXÃO SOCIOLOGICA

A análise deve, portanto, levar em conta toda a gama de diferentes formas de testemunho, na medida em que elas condicionam o alcance e a

natureza das informações obtidas. É por isso que, para garantir um mínimo de unidade a esses diferentes tipos de testemunho sobre as condições de confinamento, mas também devido ao trabalho muito pesado envolvido em uma análise detalhada do conteúdo e das formas desses documentos, optamos por nos limitar ao campo de mulheres de Auschwitz-Birkenau.

Diante de tal material, o historiador estará inclinado a começar questionando a veracidade dessas fontes. De todo este material, ele reterá o que pode ser confirmado por verificação com outras fontes. Assim, constatando que, “do lado das vítimas, a documentação é muito reduzida”, Miriam Novitch, no seu estudo sobre a história da deportação e da resistência dos judeus gregos, escreve: “Sabendo que qualquer testemunho está sujeito à cautela, procuramos entrevistar várias pessoas sobre o mesmo assunto e verificar os fatos relatados usando outras fontes” (Novitch, 1980 p. 5; Langer, 1982, p. 3)⁷. Ao proceder dessa forma, eliminamos o que não pode ser confirmado por uma pluralidade de fontes, com o objetivo de restituir o núcleo duro do que realmente passou. Entretanto, ao fazer isso, arriscamos obscurecer a tensão, constitutiva dos testemunhos da deportação, entre o dizível e o indizível, abstendo-se assim, como veremos, de levantar questões importantes sobre a experiência concentracionária. Ao contrário, a problemática sociológica pressupõe que **todo** documento tem um sentido, inclusive os documentos que os historiadores abandonam em nome da credibilidade, sob a condição de reconstruir o sistema de referências deste sentido.

Em vez de nos concentrarmos diretamente na informação factual, propomos submeter um *corpus* composto de formas muito diversas de testemunho a uma análise sociológica preliminar. Tal análise tende a integrar todo o material disponível à reflexão, depois de ter colocado cada documento no contexto da sua produção e dos seus destinatários presumidos ou reais, de modo a estabelecer um permanente vaivém entre o material empírico e a construção teórica. Portanto, a análise foca de modo indissociável nos fatos relatados, na posição do narrador e seus vínculos com os destinatários, bem como nas formas escolhidas para dar conta da experiência.

A AMOSTRAGEM ESPONTÂNEA DOS TESTEMUNHOS

Esse trabalho preliminar parece ainda mais necessário, pois a experiência concentracionária resiste à qualquer tentativa de obter uma representatividade estatística, o que deixa margem para dúvidas sobre uma interpretação geral. Quer estejamos falando sobre a escolha de testemunhas para comparecer em julgamentos ou perante comissões históricas ou do *corpus* constituído por escritos autobiográficos ou histórias de vida coletadas 40 anos depois, por meio de entrevistas, o principal “viés” de qualquer amostra, ou seja, a sobrevivência física da testemunha,

radicaliza ao extremo este problema inerente a qualquer pesquisa, que é a diminuição das informações e, sobretudo, da representatividade da amostragem por meio de uma “seleção” espontânea da população estudada, devido às características do objeto (nesse caso, indivíduos colocados em uma situação de extermínio) e não às ferramentas metodológicas da pesquisa. Evidentemente, nos surpreende o “cinismo” dessas observações, cujo caráter psicológico ou moralmente insustentável culmina no uso do termo “seleção”, utilizado aqui no contexto de uma técnica de amostragem, embora possa ser lido também a partir do contexto de um empreendimento genocida e de assassinato em larga escala.

No entanto, o aparente cinismo da formulação simplesmente sistematiza, tornando-o mais óbvio, o processo que consiste em estudar “cientificamente”, ou seja, friamente e à distância, coisas que despertam as reações emocionais mais extremas e que geralmente são abordadas no registro “quente” da revolta, da denúncia ou da indignação. Por seu caráter extremo, tal objeto coloca em evidência a característica de qualquer abordagem científica, que é, para usar uma imagem, produzir frio onde há calor (particularidade que é muito mais visível nas ciências sociais, que, por definição, trabalham “a quente” do que nas ciências naturais) – ou, para retomar o termo de Norbert Elias, de impor “distanciamento”, mesmo quando o objeto estudado espontaneamente exige um “envolvimento” extremo (Elias, 1956, p. 226-252).⁸

Entretanto, a sobrevivência física da testemunha não é o único “viés” que afeta as várias amostras espontâneas. O mesmo se aplica à sobrevivência psicológica e moral e à definição da identidade que dela resulta. O trabalho de superação do trauma pode envolver a repressão de lembranças singulares ou a sua integração em um discurso muito geral sobre os vários sofrimentos infligidos, enquanto se esquece dos pontos de referência – nomes próprios, situações ou acontecimentos específicos – que os singularizariam.

Todavia é mais frequente, sem dúvida, e, por definição, menos visível, o silêncio que, ao contrário do esquecimento, pode ser escolhido como um modo de gestão da identidade, dependendo das possibilidades de comunicação dessa experiência extrema. Um exemplo disso é o silêncio frequente dos judeus alemães ou das DP (“displaced persons”; Jacobmeyer, 1983, p. 421)¹⁰, que optaram por ficar na Alemanha quando retornaram dos campos de concentração. Da mesma forma, o fato de termos encontrado, no *corpus* de escritos biográficos das sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau-, apenas uma alemã, uma tcheca, duas austríacas, quatro polonesas e cinco húngaras, mas, ao contrário, nove francesas, indica (juntamente com outros fatores especificamente culturais, como a propensão a escrever) uma possibilidade mais favorável de reintegração e de reajustamento à vida social na França, no retorno dos campos, do que em outros países, onde o retorno muitas vezes significava emigração (e, em grande escala, para os Estados Unidos e Israel), com todos os problemas

materiais e simbólicos (recuperar uma identidade, às vezes até no sentido mais administrativo do termo) que isso acarreta. Mas, embora o silêncio possa testemunhar indiretamente os vários modos de gestão da identidade que resultam do trabalho de reajustamento ao mundo comum (e, nesse caso, o silêncio provavelmente será absoluto, relacionado ao próprio **fato** de comunicar), ele também pode refletir a dificuldade de fazer com que o relato coincida com as normas da moralidade em curso (e, nesse caso, o silêncio estará mais relacionado, a partir de uma tomada de palavra, ao **conteúdo** do que será comunicado). Essas normas predeterminam os atos de fala por um conjunto de regras e imperativos, geradores de sanções e censuras específicas, que serão tanto mais importantes quanto mais os fatos sancionados forem uma questão de direito, e não mais apenas de moral. Nesse caso, não é mais uma questão de saber se um deportado tem capacidade física para testemunhar, mas se ele tem capacidade ética para fazê-lo. Em outras palavras, todo testemunho está situado em um espaço do dizível, limitado pelo silêncio absoluto devido à destruição física (e são os milhões de deportados que só testemunham por meio de sua morte) e pelos silêncios parciais devidos à destruição das disposições “morais” (ou seja, psíquicas, sociais, éticas etc.) que autorizam o testemunho. É à luz, por assim dizer, dessas zonas de sombra que é conveniente considerar a deformação, ou a obscuridade, que caracteriza esses testemunhos.

Para ilustrar esse fenômeno, basta lembrar a desproporção entre os mais de 1,3 milhão de pessoas selecionadas diretamente, em sua chegada, para as câmaras de gás sem serem registradas, os 405.000 deportados registrados no campo de Auschwitz, os 66.020 deportados contados em janeiro de 1945 na última chamada antes da evacuação do campo, os 5.000 encontrados pelas tropas soviéticas quando houve a liberação do campo e aqueles que deixaram um testemunho, de uma forma ou outra, estimado em menos de 2% de todos os sobreviventes (Langbein, 1972, p. 70; Kogon; Langbein; Rückerl, 1983, p. 176; Langer, 1982, p. 54)¹¹.

É o tema do «compromisso» que ilustra de forma mais cruel os constrangimentos morais que impedem muitas vezes as pessoas de ter uma tomada de palavra pública. Embora os fatos «comprometedores» sejam parte integrante da distorção da integridade moral e da identidade infligida pelo campo de concentração, é um tema difícil de abordar pelos próprios sujeitos e por aqueles que os estudam. É ainda mais difícil de lidar porque não se trata de fenômenos absolutos, com limites traçados de uma vez por todas, o que poderia ser claramente contrastado com o «não-compromisso»¹², mas antes de fatos submetidos a limites variáveis de aceitabilidade, dependendo da pessoa e do momento, e que dividem muitas vezes os sobreviventes quando eles apresentam interpretações divergentes.

Além disso, o grau de aceitabilidade pela moralidade predominante introduz um “viés” suplementar em uma tomada de palavra pública. A importância desse “viés” fica imediatamente evidente pelo fato de que

pouquíssimos testemunhos, judiciais ou não, provêm de pessoas que ocuparam um cargo de “kapo”¹³, embora, como sabemos, ocupar cargos “privilegiados” aumentava as chances de sobrevivência. Escapar do silêncio imposto pela distância entre uma experiência extrema e a moralidade corrente e, assim, poder se juntar às fileiras de testemunhas em diferentes ocasiões, é uma eventualidade menos improvável quando o “privilégio” em questão inclui alguma contrapartida em serviços prestados a outros, quando pode ser justificado por argumentos humanitários, ou seja, de interesse coletivo e não apenas individual. Não é de surpreender, portanto, que em todas as categorias de depoimentos encontremos muitas pessoas que ocuparam cargos médicos (médicos, enfermeiras).

Esse último ponto se refere não apenas às características específicas do universo concentracionário, mas também às características pessoais, tal como o nível de escolaridade, no caso dos médicos. Isso nos introduz a uma terceira dimensão das condições de sobrevivência e da capacidade de testemunhar ou, se preferir, aos tipos de “viés” (**bias**) na amostragem: depois das condições físicas, psicológicas e morais da manutenção da identidade e da possibilidade de testemunhar, precisamos abordar a questão das condições **sociais** que tornam possíveis que algumas das testemunhas em potencial, de fato, se manifestem ou sejam solicitadas a fazê-lo. Em outras palavras, a questão não é saber unicamente o que, nessas condições “extremas”, torna um indivíduo capaz de testemunhar, mas também por que ele é chamado a fazê-lo, ou o que lhe faz sentir-se socialmente autorizado a fazê-lo em um dado momento. É evidente que, segundo esse último critério, divergem ainda mais as amostras espontâneas propiciadas por diferentes tipos de testemunhos.

MODOS DE SOLICITAÇÃO

Um dos principais modos de organização desse material é, ao que nos parece, a diferença entre o que poderíamos chamar de condições sociais de tomar a palavra, entre os testemunhos solicitados de fora (no caso dos depoimentos em processos de responsabilização de líderes nazistas) e os testemunhos produzidos espontaneamente por uma pessoa (como nos relatos autobiográficos) – entre esses dois polos, há testemunhos de importância histórica ou científica variável, produzidos mais ou menos imediatamente após a liberação¹⁴ e de maneira mais ou menos espontânea ou solicitada.

Entre os materiais analisados como parte desta pesquisa, os depoimentos judiciais e, em menor grau, os depoimentos prestados perante comissões de inquérito histórico, são o resultado de uma relação social amplamente determinada pelo destinatário do testemunho, que, além disso, o solicitou. As dezesseis histórias de vida coletadas por entrevista, usando técnicas de história oral, também foram solicitadas, mas precedidas por uma negociação entre entrevistador e entrevistado que contribuiu

fortemente para a definição dessa relação social específica, cujo objetivo é a reconstrução de uma história pessoal. Por fim, as autobiografias publicadas traduzem o desejo do autor de falar publicamente, mas também sua capacidade de acessar um “mercado” (mesmo que apenas um mercado editorial). Em consequência, o grau de espontaneidade com que uma pessoa fala deve ser considerado como um indicador de sua relação com sua identidade. E cada uma dessas modalidades implica um conteúdo diferente em termos do que é relatado e um sentido diferente em termos da função desempenhada ao se tomar a palavra (Bourdieu, 1982, p. 14-15).¹⁵

Em seguida, analisaremos o impacto do uso privilegiado desta ou daquela forma de testemunho – ou seja, a relação privilegiada com este ou aquele mercado, envolvendo esta ou aquela forma de censura ou incitação – sobre as informações e interpretações que elas autorizam ou proíbem. Dessa forma, evitando oposições fortemente constituídas – como a que existe entre o “quantitativo” e o “qualitativo”, entre o trabalho de arquivo e a história oral – e evitando também a tentação de transformar a abordagem biográfica nas ciências sociais em uma forma exclusivamente literária (Chamberlain; Robin, 1985)¹⁶, gostaríamos de mostrar como a amostragem, o método e o objeto analisado se condicionam mutuamente: se, desses três elementos constituintes de uma construção científica, apenas um varia, os outros dois também mudam. Este trabalho também deve esclarecer determinados problemas que, em nossa opinião, foram mal abordados na literatura sobre sobrevivência em condições extremas.

O DEPOIMENTO JUDICIAL

Entre as várias formas de testemunho, o depoimento judicial representa um polo extremo: tanto em termos da forma como o testemunho é solicitado quanto em termos da generalização da experiência individual; essa característica é ainda mais saliente no caso dos campos de concentração, pois levou à invenção da categoria penal mais geral de todas, a de “crime contra a humanidade”. Tomar a palavra em situações oficiais, seja perante comissões de inquérito como parte da investigação de um caso, seja durante julgamentos, são as primeiras ocasiões de romper com o silêncio. Nesse contexto, ao mesmo tempo impessoal e constrangedor, o testemunho é restrito a um número limitado de eventos, em resposta a perguntas precisas. A pessoa que testemunha tende, então, a desaparecer por trás dos poucos fatos cuja “verdade” deve ser restituída, enquanto seu interlocutor não é nem um colega, nem um parente, nem um confidente, mas um profissional da representação jurídica do corpo social. Esses depoimentos judiciais têm, portanto, as marcas dos princípios da administração da prova jurídica: limitação ao objeto do processo, eliminação de todos os elementos considerados irrelevantes. Com a obrigação de dar à defesa a possibilidade de apresentar todas as suas provas e justificar sua decisão

com base em todos os depoimentos prestados durante as deliberações, o juiz cria, por assim dizer, um material que deve permitir que ele (e, posteriormente, os historiadores) se aproxime de uma visão “justa” (“verdadeira”) da realidade, por meio de sucessivas verificações cruzadas.

As marcas desses depoimentos são os protocolos formalizados: número do ato judicial; título do processo, data e hora do comparecimento da testemunha; nome do secretário do protocolo; nome, data e local de nascimento, profissão, endereço da testemunha; depoimento seguido de uma fórmula jurídica de estilo: “ditado em voz alta, autorizado e assinado”, “estou preparado para repetir essas declarações perante um tribunal alemão”; “eu, abaixo assinado... asseguro que as declarações acima correspondem à verdade”, seguido da assinatura da testemunha (*Centre de documentation juive et contemporaine* - CDJC, dossiê CCCLXI).¹⁷ A linguagem usada nesses depoimentos, que variavam de duas a dez páginas, é sóbria e reduzida ao mínimo de informações. É feita uma clara distinção entre fatos e pessoas que a testemunha viu e conheceu pessoalmente e aqueles sobre os quais ouviu falar. Assim, em seu depoimento de 2 de junho de 1959, o Dr. Ella Lingens fez distinção entre os médicos da SS¹⁸ que eram seus superiores hierárquicos (Rohde, Klein, König, Mengele) e aqueles que só vinham em certas ocasiões, “na maioria das vezes para realizar seleções” (Kitt, Thilo, Wirths, Clauberg – no bloco 10) (CDJC, dossiê CCCLXI - 13). Da mesma forma, a testemunha Raya Kagan, que trabalhou no escritório de status civil do Politische Abteilung em Auschwitz, distingue, ao descrever os SS para os quais ela teve que fazer trabalho de secretaria ou tradução, entre características que ela pode confirmar (como títulos militares exatos e a origem geográfica de alguns) e outros para as quais ela só pode dar aproximações, como a idade (CDJC, dossiê CCCLXI - 10).

Quando esses testemunhos judiciais fazem uma apreciação de uma determinada pessoa, quase sempre é especificado se ela é comumente aceita entre os deportados ou se é a avaliação pessoal da testemunha. Esses depoimentos indicam as relações diferenciais que podiam ter se estabelecido entre os deportados e o pessoal da SS: “O SS-Oberscharführer Emil Seibt... da Sudetenland, comportou-se conosco de maneira muito decente e correta”, “SS-Uscha Schmidt... foi muito brutal e nos importunava o máximo que podia”, “O SS-Uscha Albrecht de Lodz... falava russo e polonês razoavelmente bem. Como eu também falava esses dois idiomas, ele às vezes conversava comigo de forma muito amistosa. “De vez em quando, eu trabalhava como intérprete para a SS-Rottenführer Broad... Broad era refinado e astuto e conduzia os interrogatórios com muita habilidade. Em minha presença, ele não maltratava nenhum prisioneiro durante os interrogatórios. Ocasionalmente, ele dava tapas e chutes. Para os prisioneiros, os interrogatórios de Broad eram muito perigosos porque ele obtinha os mesmos resultados, por assim dizer, por um método suave, ou seja, na maioria das vezes ele fazia com que os prisioneiros confessassem”...

“Federsel era inexperiente e causava uma impressão incômoda durante os interrogatórios... Federsel batia nos prisioneiros, mas não era perigoso” (CDJC, CCCLXI - 10, p. 1-7). Da mesma forma, Ella Lingens faz uma forte distinção entre os médicos da SS: “Eu tinha a impressão de que o Dr. Rohde e o Dr. König só se dedicavam a essa atividade (as seleções) a contragosto e sob a influência de grandes doses de álcool. Com esses dois, era possível ter seus julgamentos revisados e salvar esta ou aquela mulher da câmara de gás... O Dr. Klein era um antisemita selvagem que admitiu, em conversas particulares comigo, que os prisioneiros eram exterminados em grande escala... O Dr. Mengele representava o puro tipo de cínico, que apontava o dedo para a direita e para a esquerda e, assim, decidia a vida e a morte com um dar de ombros e um assobio” (CDJC, CCCLXI - 13, p. 2).

Os princípios da administração da prova jurídica eliminam as emoções do testemunho, bem como qualquer coisa que não estejam diretamente relacionadas ao caso, ao ponto de, às vezes, essa restrição ter transformado o interrogatório dos sobreviventes em um questionamento de sua memória e, em última análise, um questionamento de suas informações. Da mesma forma, e para evitar que as emoções influenciem o julgamento, sua expressão é rigidamente controlada pelas regras do processo, que vão desde a “chamada à ordem” até a suspensão da sessão. Forçar o testemunho nesse molde significa forçar o sobrevivente a rever seu sofrimento e ficar cara a cara com aqueles que o infligiram, sem lhe oferecer em troca a menor chance de compaixão emocional. Apesar da esperança de chegar à verdade dessa forma e ver os responsáveis punidos, essa situação constrangedora pode ter dissuadido muitos sobreviventes de comparecer (Langbein, 1972, p. 570). Consequentemente, os depoimentos judiciais lançaram luz principalmente sobre os acusados, ou seja, a SS (equipe de guarda e médicos), e sobre o relacionamento entre a SS e os deportados. Além disso, há alguns casos de *kapos* sendo julgados por crimes semelhantes aos cometidos pelos SS e por colaborar ativamente com eles. Mas, em geral, os testemunhos judiciais fornecem poucas informações sobre as relações sociais entre os deportados, ao contrário, como veremos, dos testemunhos para uso histórico.

O TESTEMUNHO HISTÓRICO

A memória que se exprime nas declarações feitas perante comissões históricas e diversos centros de pesquisa – sejam diretamente após a guerra, sejam, de forma mais ocasional, posteriormente –, segue outros princípios de seletividade. Resulta tanto das perguntas feitas pelos entrevistadores como das associações livres feitas pelo sobrevivente durante a entrevista. O objeto destes testemunhos para uso histórico não se limita a um caso específico (um conjunto definido de pessoas e acontecimentos), e autoriza uma maior diversidade de formas de expressão

do que o testemunho judicial. Sem pretender aqui fornecer uma análise detalhada destes testemunhos, que são muito numerosos e cuja extensão varia entre algumas páginas e várias dezenas de páginas, uma leitura mais atenta dos dossiês relativos ao campo de Auschwitz-Birkenau¹⁹ revela os princípios que organizam esses relatos, seus temas e seu estilo. Embora poucos deles possam ser considerados como casos puros de um tipo ou de outro, foi feita uma distinção entre testemunhos quase judiciais, testemunhos políticos e os testemunhos de caráter científico. Por falta de termo melhor, classificamos como testemunhos “pessoais” aqueles que não se enquadram em nenhuma destas três categorias.

Assim, certos testemunhos históricos são constituídos de forma idêntica aos depoimentos judiciais, e são por vezes comunicados aos procuradores e juízes responsáveis pela investigação de julgamentos contra criminosos de guerra: alguns nomes de SS são seguidos da descrição da sua personalidade e de acontecimentos particularmente pesados. Estes testemunhos provêm principalmente daqueles que, através do seu trabalho no campo, foram colocados em contato direto com os responsáveis SS: no *Schreibstube* e no *Politische Abteilung* (secretários e intérpretes), no *Revier* (médicos), no serviço de investigação de Raisko²⁰.

Os testemunhos de natureza explicitamente política são bastante raros entre os depoimentos encontrados nos arquivos, e mais raros entre as mulheres do que entre os homens. O termo “político” aqui utilizado não coincide necessariamente com o estatuto do deportado segundo os motivos oficiais da sua prisão e da sua classificação no campo, assinalada por um triângulo vermelho (deportado político) – sendo esta última classificação, aliás, praticamente nunca invocada nos depoimentos. O termo “testemunho político” aqui refere-se antes ao conteúdo, na medida em que estes testemunhos são provas de uma organização de resistência clandestina, datando mais precisamente entre maio e julho de 1943 a tomada de posições-chave no campo por deportados políticos com triângulo vermelho.

Outros testemunhos também atestam, por parte dos deportados políticos, uma “avidez de conhecimento e uma vontade de lutar contra o embrutecimento²¹, mas devemos aguardar publicações posteriores para termos detalhes sobre as redes políticas no campo. Há também informações sobre a organização interna do campo pela administração dos presos instituída pelos SS, bem como dos diferentes grupos de internadas de acordo com a sua nacionalidade e o seu estatuto. Tudo indica também que a solidariedade estritamente política, ampliando compromissos anteriores, só conseguiu estabelecer-se entre os comunistas²², enquanto “resistência” é um termo pelo qual os antigos deportados designam frequentemente qualquer forma de solidariedade e apoio, visando a salvar o maior número de presos – foi muito além do quadro de uma organização política mais formal: era feita através de contatos informais e por consenso implícito, muito mais do que com base em discussões ou decisões. As informações

que não provêm da valorização do grupo dos “políticos” ou das atividades de resistência, têm por objeto a denúncia dos compromissos de certos detidos com os SS: “Os verdes alemães (criminosos) e os polacos foram tão cruéis como os SS”²³; “Em Drancy tinha uma terrível luta de classes por parte dos judeus ricos e colaboradores... as jovens ucranianas eram muito antissemitas.”²⁴

O relativo silêncio sobre a organização política concreta, dentro do campo, bem como sobre o trabalho anterior à tomada de controle, entre maio e julho de 1943, pelos presos políticos às custas dos criminosos que portavam os triângulos verdes, pode ter uma multiplicidade de razões e, em primeiro lugar, a dificuldade em retratar verbalmente ações clandestinas realizadas informalmente graças a uma confiança muitas vezes espontânea. Mas a esta razão acrescentamos outra, ligada à sobrevivência em situações extremas. Independentemente da sua vontade, as condições do campo de concentração colocam os deportados num universo onde operam lógicas competitivas às quais ninguém se submeteria voluntariamente. Os esforços para ocupar posições-chave, individual ou colectivamente, expuseram os presos ao julgamento de outros, na medida em que o poder de ajudar os outros estava inseparavelmente ligado a certos privilégios inerentes a essas posições. De modo que este julgamento pode assumir a forma do consentimento e do reconhecimento, mas também pode ir até à acusação aberta, como quando os comunistas são designados como “verdadeira Maçonaria... mestres da *Arbeitstatistik* (estatísticas dos comandos laborais), portanto responsáveis da vida e da morte dos outros... a resistência consistia apenas em ‘esconder’ as prisioneiras que os comunistas estavam interessados”²⁵. Nota-se, no entanto, que estas acusações só são feitas nos casos em que o princípio de pertença a um grupo é explicitamente ideológico (comunistas); quando é de ordem religiosa ou, sobretudo, civil (nacionalidade), a prioridade dada aos pares na solidariedade não parece escandalosa nem chocante. Assim, não parece que alguém tenha acusado (pelo menos até o nível judicial) um detido francês de ter ajudado principalmente outros franceses. Além disso, como são extremamente raros os testemunhos que se referem direta ou indiretamente à competição entre diferentes grupos de reclusos por cargos de gestão, podemos pensar que tais conflitos permaneceram invisíveis para o grande número de deportados, que, de fato, se viram excluídos dessa competição.

Os testemunhos que poderiam ser classificados na categoria “científica” organizam-se menos em torno de pessoas e acontecimentos do que em torno de “temas”. Muitas vezes não são o resultado de uma entrevista, mas foram depositados pelo autor nos arquivos de centros de investigação especializados. Dispomos, por exemplo, de relatos muito precisos sobre as experiências humanas e sobre o destino dos recém-nascidos no *Revier* (os blocos hospitalares), ou mesmo sobre as pesquisas botânicas nos

jardins e laboratórios de Raisko e as visitas científicas e comerciais que ali foram realizadas²⁶.

Os testemunhos de tipo “pessoal”, muitas vezes muito curtos e por vezes com um estilo desarticulado, revelam uma grande solidão, um isolamento social rompido por alguns laços muito fortes de amizade e solidariedade. Pela impossibilidade de dar sentido ao sofrimento vivido, certas passagens destes testemunhos, na sua descrição direta e desprovida de qualquer emoção, impressionam pelo seu caráter lacônico. O que noutra contexto poderia parecer uma relação cínica com a realidade, aqui evoca o horror de uma forma particularmente crua: como esta deportada que nota que a orquestra teve uma vida invejável e que seu trabalho preferido, também o mais fácil, era o de despir os mortos²⁷. Podemos também perguntar até que ponto esta impressão não resulta aqui do fato do testemunho não ser mais mediado por um trabalho de “interesse geral” (seja na estigmatização do grupo de adversários SS, seja pela heroicização do grupo de iguais), e ao mesmo tempo escapa às normas da moralidade vigente.

Mas mesmo os testemunhos classificados como pessoais, não correspondendo às categorias judicial, científica e política, dificilmente deixam transparecer quaisquer fatos estritamente “pessoais”, sentimentos, reações, emoções. Esse caráter rudimentar e miniatural dos relatos é sintoma de uma tensão entre o desejo ou a obrigação de falar e a incapacidade de fazê-lo.

Assim, para além de algumas informações sobre os comandos de trabalho dos quais pertenceram, sobre as mortes, as brutalidades e os crematórios que observaram, muitos sobreviventes só conseguem dar conta desta experiência através de fórmulas neutras: “Sabíamos que estávamos lá para morrer e nós nos resignamos a isso. Nos primeiros dias, as chaminés dos crematórios, com a sua grande chama vermelha contínua, nos impressionaram muito, mas depois já não prestamos atenção a essas coisas”²⁸. “No campo de concentração, era impossível praticar uma moral de sacrifício”²⁹. Muitas vezes, também, a experiência pessoal é relatada na terceira pessoa: “Enfim, elas recebem a visita de ex-detentas que parecem ter um prazer maligno de ensinar-lhes o que se passa e o que os rodeia”³⁰. O que vivenciaram permanece tão incrível e difícil de relatar que um deportado disse que “parece que um SS ficou impressionado pelo fato do extermínio organizado neste campo pudesse ter existido”³¹.

Por consequência, embora sejam mais ricos que os depoimentos judiciais em informações sobre as relações entre os deportados, estes testemunhos não permitem a sua reconstrução, devido ao seu caráter lacunar.

UMA VISÃO SOCIOGRÁFICA

A pesquisa sociográfica sobre o comportamento no universo concentracionário foi realizada entre 1949 e 1951 por um grupo de sociólogos e psicólogos sociais da *New School for Social Research* e da Universidade de Columbia. Escolhidos em função da riqueza de informações, os 507 documentos de entrevistas individuais ou em pequenos grupos que foram analisados relatam as experiências de um grupo de 728 judeus húngaros deportados que retornaram ou passaram por Budapeste em 1945 e solicitaram assistência para o *Joint Distribution Committee*. Portanto, não cumprem os critérios de uma amostragem representativa³², o que, além disso, na ausência de listas confiáveis da população dispersa após a *libération* por todas as direções, não teria sido possível.

Esta pesquisa ainda é a que mais se aproxima, dentre todas as pesquisas sobre a experiência concentracionária, de uma certa representatividade. Outras características deste grupo: são judeus deportados depois de abril de 1944, que passaram no máximo um ano num campo de concentração e que, em sua grande maioria, passaram por Auschwitz. Nenhum dos entrevistados havia vivido em outro campo de extermínio. Há mais mulheres do que homens (384 contra 341), as faixas etárias mais representadas são as nascidas entre 1905-1910 (75), 1911 e 1915 (85), 1916 e 1920 (105), 1921-1925 (172), 1926 -1929 (144), portanto aqueles que tinham entre 15 e 40 anos em 1945. Apenas dezesseis pessoas tinham menos de 16 anos em 1945, o que corresponde à idade abaixo da qual estariam quase automaticamente selecionados para a câmara de gás na chegada em Auschwitz.

O que torna este trabalho particularmente interessante é a representação de todas as categorias sócio-profissionais neste grupo, enquanto as declarações judiciais, como vimos, privilegiam as pessoas que tinham conhecimento pessoal do funcionamento do campo e dos responsáveis dos SS, portanto deportados recrutados para cargos de gestão e médicos. Estes “profissionais” (profissões liberais, profissões baseadas em estudos universitários) representam apenas 8% dos entrevistados nesta pesquisa, enquanto os trabalhadores representam 27%, os agricultores 11%, os pequenos empregados 6,5%, os comerciantes e empresários 5,5%, os estudantes 12%, e as mulheres em situação de dependência (donas de casa ou ajudantes de negócios familiares ou domésticos sem estatuto oficial) 10% (20% delas mulheres sozinhas).

Estabelecidas por razões científicas, nomeadamente o estudo dos efeitos da experiência concentracionária, bem como por razões jurídicas, estas entrevistas centraram-se nas privações físicas e psicológicas, nos conflitos e na cooperação entre deportados (individualmente e em grupo), nas mudanças ideológicas, políticas e religiosas, na interpretação da sobrevivência, na sexualidade, nas amizades no campo, nas formas de agressividade e no fenômeno do suicídio. Para manter a diversidade das experiências pessoais relatadas e não criar uma falsa homogeneidade do material, os autores preferiram indicar tendências e ilustrá-las com

excertos de entrevistas ao invés de construir tabelas e cálculos considerados enganosos.

O resultado desta pesquisa é uma reconstrução da percepção e adaptação às condições do campo. As passagens mais longas são dedicadas ao trabalho: os sobreviventes classificam as diferentes tarefas por meio de uma escala, principalmente em razão de sua dificuldade física. No topo da escala, estão o trabalho de gestão do campo (desde culinária, administração até medicina), o trabalho feito para os funcionários da SS (limpeza doméstica, reparos, construção) e a supervisão do trabalho dos outros, o trabalho especializado em fábricas, para chegar, mais abaixo, nos trabalhos não qualificados de terraplenagem e construção, e no trabalho agrícola (Goldstein *et al.*, 1949-1951, p. 32). A adaptação ao campo aparece nessas entrevistas como resultado de uma vontade consciente de sobreviver e de se acostumar com a onipresença da morte. Contudo, este processo de adaptação se choca com limites cada vez que a morte atinge uma pessoa próxima (Goldstein *et al.*, 1949-1951, p. 140). Em nenhum caso, essa adaptação pode ser interpretada como uma expressão de apatia ou indiferença, a menos que reconheçamos nas formas de anestesia emocional uma infinidade de significados, desde o sentimento de total desamparo, até uma mudança duradoura diante da morte, agora vivenciada como um fenômeno cotidiano, através de técnicas de retenção de emoções em nome da proteção de si mesmo. Ao contrário, não foram constatados fenômenos de amnésia, ainda que a forma destas entrevistas não implicasse um relato cronológico exaustivo.

Estes relatos da experiência concentracionária falam quase exclusivamente das relações entre deportados, o que confirma a análise segundo a qual o sistema concentracionário minimizava os contatos diretos com os SS ao delegar tarefas de gestão aos internados (Kogon, 1947; Rousset, 1946, p. 158-162). As reações emocionais no próprio momento da *libération* ainda trazem todas as marcas: enquanto várias histórias relatam ataques contra os *kapos*, até mesmo assassinatos, como uma espécie de justiça espontânea, não encontramos nestas histórias nenhum vestígio de retaliação contra os antigos SS, nem sentimentos de vingança, – o que é confirmado pela ausência de tais atos, fora dos canais oficiais de justiça, durante um período mais longo.

De um modo geral, a experiência concentracionária não parece ter alterado profundamente convicções políticas e religiosas profundamente enraizadas. Tal como já aconteceu com os testemunhos históricos, poucas pessoas neste estudo relatam opiniões políticas muito marcadas. Conversões ao catolicismo, por vezes de natureza ostensiva, nos meses anteriores ao início das deportações, são tentativas práticas de escapar à repressão e não uma mudança de fé. Poucas entrevistas indicam um fortalecimento ou uma perda de fé entre os crentes: em vez disso, estamos testemunhando uma identificação mais forte com um judaísmo entendido como uma comunidade de destino. Em alguns casos, a repressão conseguiu

até transformar em orgulho um sentimento de pertencimento vivido de forma vergonhosa por ter sido sinônimo de desespero (Goldstein *et al.*, 1949-51, p. 104). Consequentemente, os projetos de emigração, em particular para Israel, são quase sempre motivados pelo desejo de deixar os locais de memória das atrocidades, e de se reunir com entes queridos – razões religiosas ou políticas, como uma convicção sionista, aparecem apenas em dois casos (Goldstein *et al.*, 1949-51, p. 104), desejo que, portanto, influencia os problemas de organização da vida material após a liberação, e que é tanto mais forte quanto a memória da repressão nazista está associada à experiência do antissemitismo anterior (este fato, observado na Hungria, aplica-se de forma mais geral à Europa Central e Oriental e desempenha um papel muito menor na Europa Ocidental e, particularmente, na França).

A readaptação à vida normal após a liberação corresponde muitas vezes ao início de uma nova vida, à escolha da emigração. Os sobreviventes tiveram que realizar este empreendimento superando o trauma do campo de concentração, ou, expressando-se de forma positiva, graças a ele. Na verdade, muitos deles relatam as experiências concentracionárias como se tivessem agido permanentemente sob o efeito de um desdobramento, uma separação entre um eu observador e um eu observado. Este fenômeno de desdobramento, mais ou menos fortemente desenvolvido, pode ser fonte de paralisia ou, pelo contrário, de uma lucidez social que permite um reajustamento particularmente rápido e eficaz a uma multiplicidade de contextos imprevistos e estranhos.

Melhor do que os depoimentos judiciais e os testemunhos históricos, esta apresentação sociográfica pode, portanto, informar-nos sobre a realidade concentracionária, sobre as relações sociais que se estabeleceram no campo, bem como sobre as percepções e as modalidades de adaptação a esta realidade. Por outro lado, lança pouca luz sobre a administração SS, o que as outras duas fontes apresentadas antes expõem mais como seu objeto principal. Além disso, sobre a readaptação dos sobreviventes à vida civil e sobre as consequências em longo prazo da experiência concentracionária, ela levanta questões sem ser capaz de fornecer respostas. Daí a necessidade de recorrer a outro *corpus* de testemunhos, diferentes tanto na sua natureza como nos métodos de análise que exige. Este problema de método refere-se, mais geralmente, à questão do vínculo entre a formação de memórias individuais e coletivas após a liberação, o que apenas materiais adicionais podem elucidar.

RELATOS BIOGRÁFICOS

As entrevistas de história oral e os escritos autobiográficos são, de todos os materiais, os mais ricos em informações. Eles podem nos esclarecer sobre os modos de adaptação a este contexto que rompe com o mundo habitual. Perante o silêncio dos documentos de arquivo, apenas

histórias de vida detalhadas permitem estudar as articulações entre a experiência concentracionária, a vida anterior e o trabalho de adaptação à vida cotidiana no regresso dos campos (o que quer dizer que só podemos propor aqui uma problemática e uma interpretação, e não aspirar a uma análise exaustiva). Estes documentos biográficos resultam da vontade do autor de recordar e de transmitir as recordações. Isto também significa que a riqueza de informações que contêm deve ser representada de acordo com as lógicas que possam controlar as diferentes maneiras de dar conta da sua vida. Para isso, analisamos um *corpus* de 16 entrevistas realizadas na França, Áustria, Alemanha e Polónia, e 25 escritos autobiográficos de sobreviventes do campo de mulheres de Auschwitz-Birkenau, publicados entre 1945 e 1981 em francês, inglês ou alemão. Dois escritos inéditos nos foram confiados pelos seus autores³³.

Tal como são os outros tipos de “amostras espontâneas”, os testemunhos judiciais e históricos, o *corpus* de relatos de sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau está sujeito a “vieses” que afetam a sua “representatividade”, uma vez que tentamos utilizá-los como instrumentos de investigação sobre as condições de sobrevivência e, mais genericamente, sobre crises de identidade em situações extremas. Um dos vieses mais visíveis está ligado à idade, atribuível às formas de mortalidade no campo que, através do assassinato direto (seleção na entrada) ou indireto (exaustão e abuso), afetam principalmente os indivíduos mais fisicamente fracos e, em particular, os mais velhos e os mais novos. No nosso *corpus*, apenas dois dos 27 escritos provêm de mulheres com mais de 40 anos e três de mulheres com 15 ou 16 anos quando entraram no campo. Todas as entrevistas foram realizadas com mulheres que tinham entre 20 e 40 anos. Da mesma forma, as datas de internamento (1943 para 10 das mulheres entrevistadas, 1944 para 6 delas; e para os relatos autobiográficos, 1944 para 12, 1943 para 7, 1942 para 2 delas) lembram-nos que as chances de sobrevivência eram superiores em função da duração do internamento.

De acordo com estes dois critérios: idade e tempo de permanência no campo, os relatos coletados sistematicamente na libertação e a amostra espontânea de entrevistas e publicações biográficas não diferem muito. Contudo, estes dois fatores, que são os indicadores mais salientes das forças de resistência física, não são os únicos “vieses” que afetam a amostra de entrevistas e publicações autobiográficas. Há também o das características sociais, segundo o qual as entrevistas e os escritos autobiográficos são os que mais diferem. Estes últimos, aliás, estão diretamente ligados ao manejo da escrita, às regras de composição e à formatação de um texto, o que implica um alto nível de estudo; nove mulheres concluíram o ensino secundário e nove concluíram o ensino superior. A origem social, especificada em apenas pouco mais da metade dos escritos, vai da pequena burguesia comercial às profissões liberais e ao comércio em grande escala. A origem social das mulheres entrevistadas é mais baixa: um quarto vem da classe trabalhadora, um quarto da pequena burguesia

comercial, duas da grande burguesia comercial e das profissões liberais, outras duas da burguesia intelectual. O seu nível de escolaridade também é mais baixo: um quarto concluiu o ensino superior, um quarto tem o ensino secundário, duas eram estudantes no momento da detenção, o restante não passou do ensino primário.

Na constituição de um *corpus* de biografias, a história oral permite, portanto, ampliar o material de pesquisa em direção à base da escala social. Mas permanece o fato de que, em ambos os casos, a origem social e o nível de escolaridade são muito mais elevados do que na pesquisa sociográfica mencionada anteriormente. Esta sobre-representação do topo da escala social no material biográfico reflete uma realidade específica de qualquer amostra espontânea, e relativamente independente do fenômeno concentracionário ao qual apenas acrescenta os constrangimentos adicionais de enunciação: notadamente o silêncio dos dominados, que nada autoriza ou incentiva a contar de uma vida em que a qualidade da própria pessoa não parece suficiente para conferir um interesse de ordem mais geral.

Estes parâmetros ligados à pessoa (nível de estudos e origem social) manifestam-se também no fato de um grande número de autores de autobiografias estarem entre os raros casos de indivíduos que conseguiram demonstrar competências incorporadas no campo. Um quinto dos escritos autobiográficos vem de médicos ou enfermeiras; um escrito vem de uma musicista designada para integrar a orquestra³⁴, um outro de uma intérprete do *Politische Abteilung* (o centro das autoridades de gestão dos campos da SS); a maioria dos outros diz respeito às mulheres designadas rapidamente após a sua chegada aos comandos apresentados na literatura como locais de trabalho necessário: a estação de Raisko, o “comando de batata”, o papel de empregada doméstica para os SS, o “Canadá” (o depósito dos objetos retirados dos deportados em sua chegada e que abasteciam o mercado negro do campo), ou mesmo a fábrica, ao invés do trabalho de terraplenagem. Observamos o mesmo fenômeno nas entrevistas, mas em menor proporção, uma vez que as posições “privilegiadas” (de tipo exclusivamente médico) representam apenas um terço dos casos. Note-se a exceção que constitui a entrevista com uma *kapo*, posição ambígua e muitas vezes apresentada como necessariamente comprometedora, o que torna improvável uma publicação autobiográfica.

Comparado às formas menos individuais de testemunho obtidas pelos depoimentos judiciais, os relatos históricos ou aos dados sociográfico, o *corpus* das narrativas biográficas oferece, portanto, recursos metodológicos específicos. Propomos agora analisá-lo, começando pela forma mais “solicitada” (as entrevistas) e concluindo com a mais “espontânea” (as autobiografias).

A CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA ORAL

Apesar da relativa ampliação da população atingida, em comparação com as publicações autobiográficas, uma pesquisa de história oral não possibilita, de forma alguma, dar voz àqueles que se dedicaram ao silêncio, nem preencher esse silêncio com interpretações arriscadas. No entanto, a pesquisa revela as condicionantes estruturais que dão origem ao silêncio, bem como as funções que ele assume³⁵. Para fazer isso, no entanto, é necessário nos distanciarmos de certas pressuposições ingênuas da “história oral” e integrar ao trabalho de interpretação todo o material coletado, as entrevistas “bem-sucedidas”, “fracassadas” e as recusas; em outras palavras, integrar à interpretação as dificuldades encontradas na pesquisa. De fato, a situação da entrevista é em si mesma, tal como a escrita autobiográfica, um momento de testemunho e reconstrução da identidade para a pessoa entrevistada, o que modela a negociação antes de qualquer encontro e a delimitação dos escritos procurados (Catani; Mazé, 1982, p. 27; Ferrarotti, 1983).

Dos dezesseis encontros obtidos, nove foram organizados por meio de contatos pessoais e os outros sete por meio da *Amicale d'Auschwitz*³⁶. Os nove encontros por meio de contatos pessoais foram bastante fáceis de conseguir: a confiança da sobrevivente entrevistada na pessoa que havia estabelecido o contato foi transferida para o entrevistador e, uma vez que a entrevista foi aceita, a solicitação de uma história sobre toda a vida e não apenas sobre a deportação também era bem recebida³⁷. A aceitação incondicional era acompanhada, no caso oposto, por uma recusa igualmente direta. Por exemplo, uma sobrevivente que havia concordado calorosamente em me encontrar por telefone se viu incapaz de falar durante a entrevista, pois suscitava a lembrança de “montanhas de cadáveres”. Como ela nunca conseguiu falar sobre sua deportação com o marido, que reencontrou ao retornar, como poderia quebrar o silêncio que construiu durante toda a sua vida com um estranho? Uma outra sobrevivente concordou, antes de decidir se concedia uma história de vida mais demorada, em contar de sua deportação diante de um pequeno círculo de estudantes que estavam preparando uma dissertação sobre os campos. Durante esse encontro, a onipresença da morte foi praticamente o único assunto discutido. Ela imitava com passos largos como fazia para evitar os cadáveres todas as manhãs antes que o comando viesse buscá-los. Sem se arrepender de ter aceito participar dessa sessão tão angustiante, ela depois não quis mais “despertar suas memórias” em uma entrevista mais longa. Desses nove contatos pessoais, surgiram apenas sete histórias de vida, coletadas durante encontros sucessivos que, em três casos, se desenrolaram durante vários meses. A negociação entre o entrevistador e o entrevistado se estendeu por toda a duração da entrevista e, às vezes, incluiu outras pessoas. Assim, era a entrevistada quem decidia sobre a interrupção e o fim das diferentes sessões. A presença de uma terceira pessoa, uma amiga intérprete no caso de uma sobrevivente polonesa ou, no caso de uma sobrevivente francesa, sua filha adotiva, também correspondia

ao desejo da entrevistada de rever suas recordações traumáticas com o apoio de alguém próximo a ela. No caso de uma moradora de Berlim, o sucesso da entrevista dependeu de várias conversas que ela teve com amigas sobre a conveniência de tal exercício (veja, nesta mesma edição da revista francesa, o artigo intitulado “A gestão do indizível”). A intervenção direta ou indireta de terceiros na entrevista, embora às vezes crie dificuldades, pode igualmente fornecer informações preciosas sobre a integração da sobrevivente na vida cotidiana ao retornar dos campos de concentração.

A negociação assume uma forma completamente diferente quando as mulheres deportadas são abordadas por meio de uma *Amicale*. Nesse caso, as pessoas responsáveis tiveram de ser convencidas antecipadamente dos méritos e do interesse da pesquisa. Apesar de uma acolhida sempre muito aberta, esse tipo de confiança espontânea baseada em uma recomendação da associação não era o suficiente para conseguir a aceitação. Como disse muito bem uma responsável: “Vocês precisam entender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade”. Esse trabalho de controle da verdade implica uma forte oposição entre o “subjetivo” e o “objetivo”, entre a reconstrução dos fatos e as reações e sentimentos pessoais. O controle é percebido como algo ainda mais importante porque a inevitável diversidade de testemunhos sempre pode ser tomada como prova da inautenticidade de todos os fatos relatados. Por esse motivo, é também uma preocupação, aos olhos dos líderes das *Amicales*, de escolher testemunhas discretas e confiáveis e evitar que “mitômanos, que também temos” tomem a palavra publicamente. Essa preocupação é ainda mais acentuada pelo fato de que o “caso Faurisson”³⁸ e a negação pelos chamados “revisionistas” das câmaras de gás e do extermínio em massa, que ocorreram em uma época em que a xenofobia e o racismo estavam em seu auge, deram origem a sentimentos ambivalentes entre alguns sobreviventes. Será que a morte deles não aceleraria o esquecimento e a negação? O testemunho torna-se então necessário para evitar essa evolução. Mas, além dessa preocupação histórica, há outra atual: qual poderia ser a função dessa mensagem? “Quando voltamos, pensamos que tínhamos que falar e que, se o mundo soubesse, isso não seria mais possível. Mas será que o mundo mudou?”

Em uma conversa com outra responsável da *Amicale*, é o interesse por toda sua vida que foi questionado: “Eu lhe contarei tudo o que quiser sobre minha deportação e o campo. Mas tudo o que aconteceu depois, ou antes, não tem absolutamente nenhum interesse, é minha vida privada”. A oposição entre o “subjetivo” e o “objetivo” aqui assume a forma da oposição entre o “privado”, sem interesse, e o “público”, ou seja, o único período da vida que deu à entrevistada um papel público como testemunha da história.

O desenrolar da pesquisa revela aqui, portanto, na forma de negociação, os mesmos limites que – como veremos – são espontaneamente estabelecidos nos escritos autobiográficos: a limitação ao período da

deportação indica uma tensão relacionada à conformidade entre o relato pessoal e a significação histórica da experiência. Da mesma forma, as preocupações expressas durante os contatos revelaram os limites que se impõem a si mesmos aqueles que gerenciam a memória coletiva dos deportados: sua definição de testemunha exclui da mesma maneira a heroização, a lamentação ou a expressão excessivamente emocional. Mais uma vez, os limites constatados nos relatos biográficos publicados – a ausência de heroização, por um lado, e a escassez de relatos que se concentram exclusivamente na reconstrução do eu, por outro lado – referem-se a um mesmo espaço discursivo do dizível e do indizível e seguem os mesmos princípios de estruturação. Mas esse espaço não é predeterminado nem estável. Ele é o resultado de um trabalho permanente de definição de fronteiras, do qual participam os diferentes gêneros de testemunho aqui analisados. Moldado pelas características das testemunhas, suas disposições e seu interesse em testemunhar, esse trabalho sobre as fronteiras do dizível é função, em primeiro lugar, de um sistema de sanções e de censuras, na maioria interiorizadas, mas que também assumiu uma forma institucionalizada em diferentes associações de antigos deportados que se deram a tarefa, entre outras coisas, de serem “guardiões da verdade”.

No entanto, é também importante notar que essas associações ofereciam um quadro de comunicação e de sociabilidade que permitiu que um grande número de sobreviventes superasse o trauma. A concordância gradual que se estabelece entre os relatos individuais e a memória coletiva indica que o trabalho de enquadramento, susceptível de levar ao silêncio sobre certas disputas que poderiam opor entre si os deportados ou grupos de deportados, foi compensado pelo apoio aos membros em sofrimento. As sete entrevistas realizadas por intermédio da *Amicale d'Auschwitz* são um bom exemplo disso.

OS ESCRITOS AUTOBIOGRÁFICOS

Os parâmetros associados à pessoa não são os únicos determinantes de uma publicação autobiográfica. Essa, de fato, está subordinada às condições que autorizam essa forma de expressão pública da pessoa privada, em que a fala sobre si mesmo se dispõe a uma esfera de interesse mais ampla. Essas condições, longe de se limitarem a um “pacto autobiográfico” de ordem propriamente literária, tal como sugerido por Philippe Lejeune (1975), compreendem principalmente a notoriedade do autor – ou seja, seu estatuto como figura pública – ou circunstâncias históricas que valorizam o indivíduo como testemunha.

Parece-nos que essa reflexão sobre o “espaço autobiográfico” é necessária se quisermos entender as condições que tornam socialmente possível a existência de testemunhos autobiográficos sobre os campos: aqui, o acesso à fala pública e à publicação de uma vida individual não depende

da notoriedade do indivíduo, mas de seu estatuto como representante de um grupo (o dos deportados) e como porta-voz de uma causa (transmitir a experiência de uma barbárie impensável e lutar contra ela).

Assim, a experiência concentracionária só é considerada digna de ser relatada quando é objeto de uma vivência coletiva. Com isso em mente, os escritos incluídos em nosso *corpus* podem ser analisados em função das informações sobre o autor, em especial a importância atribuída à vida antes e depois do campo, ao lugar atribuído a grupos ou à pessoa do autor, sua data de publicação e as intenções gerais ou individuais invocadas para justificar a tomada de palavra.

OS MOMENTOS PARA FALAR DA VIDA

A data de publicação pode ser tomada como indicador da tensão constitutiva dos escritos sobre a experiência concentracionária, por seu caráter duplo de restituição de uma memória, tanto individual quanto coletiva. Mais de um terço dos escritos são anteriores a 1949, testemunhando a vontade de superar e fixar para sempre o passado inconcebível. Embora a motivação puramente individual e autobiográfica seja muito rara, o caso diametralmente oposto é também raro: as datas comemorativas oficiais não provocaram mais publicações. Foram nos primeiros quatro anos após a guerra que surgiram os relatos mais factuais, um relato “jurídico” e uma reflexão “científica”. O testemunho é então frequentemente apresentado como a realização de uma forma de resistência que consistia em querer sobreviver para poder testemunhar. Resultado de uma vontade de observação e registro, esses relatos datam frequentemente certos eventos e provêm de mulheres que, em virtude de sua posição, tinham acesso a marcadores temporais (acesso clandestino ao jornal no caso de Louise Alcan, que trabalhava na Raisko, de Suzanne Birnbaum, designada para o Canadá, ou participação no grupo “privilegiado” de médicos no caso de Gisela Perl e Ella Lingens-Reiner). Nesses casos, predomina a vontade de fixar a lembrança e transmiti-la a outras pessoas (Ourisson, 1946; Alcan, 1945; Birnbaum, 1945; Lewinska, 1945; Lengyel, 1946; Lingens-Reiner, 1948; Perl, 1948). Ao contrário, entre 1956 e 1965, todos os relatos, menos precisos do ponto de vista factual e cronológico, invocavam razões puramente pessoais (Adelsberger, 1956; Zywulska, 1956; Weiss, 1961; Hart, 1961; Bruck, 1961; Salus, 1958): escrever o passado não respondia mais a uma vontade de fixar a lembrança, mas à necessidade de superar os traumas.

Essa mudança nas condições de emergência do testemunho não é independente da evolução da vontade de ouvir. Esta, que era muito forte no período imediatamente após a guerra, desvanece gradualmente no final da década de 1940, pois as preocupações atuais afastam as lembranças mais sinistras e menos heroicas da guerra. A deportação evoca necessariamente sentimentos ambivalentes, até mesmo culpa, mesmo

em países vencedores, onde a indiferença e a colaboração marcaram a vida cotidiana pelo menos tanto quanto a resistência. Já em 1945, os antigos deportados em trajes listrados desaparecem das comemorações oficiais; eles também despertam a má consciência e, com exceção dos poucos deportados políticos, se integravam mal em um desfile de antigos combatentes. “1945 organiza o esquecimento da deportação; os deportados chegam quando as ideologias já estão vigorando, quando a batalha pela memória já começou, quando a cena política já está sobrecarregada: eles já são demais” (Namer, 1983, p. 157).

Aproveitar-se da escrita autobiográfica para superar o trauma é uma explicação que aparece claramente em quase todas as histórias, e de forma cada vez mais explícita após 1956, inicialmente acompanhando motivos mais gerais até se tornar a razão principal, até mesmo exclusiva, da publicação. Para Edith Bruck, em 1959, trata-se de preservar a consciência de si (Bruck, 1961, p. 6). Em 1961, Reska Weiss disse que queria superar suas memórias tanto quanto contribuir para a construção de um mundo que não poderia se basear nem no ódio, nem no esquecimento (Weiss, 1961). Igualmente em 1961, Kitty Hart relembrou seus sentimentos sobre a liberação: para vingar-se, ela quis matar com suas próprias mãos uma família alemã; incapaz de matar, destruiu móveis e incendiou uma casa. Esses sentimentos – vingança impossível, ódio difícil de controlar – estão presentes em todo o seu livro, especialmente nas passagens finais, que descrevem sua vida em um campo de DP [deportados] na Alemanha destruída: “Tudo o que restava era essa tarefa no limite do possível: apagar o passado e administrar o futuro. Eu sabia que nunca seria capaz de perdoar, mas prometi a mim mesma que não viveria com ódio em meu coração, para que não tivesse que me desprezar por ter sobrevivido e ter visto morrer milhares de pessoas” (Hart, 1961, p. 190). Por fim, em 1981, Margareta Glas-Larsson justifica fazer uso da palavra apenas dizendo que tinha uma vontade de falar e sentir sua liberdade (Glas-Larsson, 1981, p. 75).

Por meio desta cronologia, podemos ver que as “razões para falar da vida” refletem, ao nível coletivo, o que pode ter passado cada indivíduo: o trabalho de fixação da lembrança do momento de deixar os campos seria seguido, com a passagem do tempo, pela rememoração dos traumas e pelo esforço para superá-los, finalmente dando lugar, à medida que se aproxima o fim da vida, à busca de uma forma que possa garantir a transmissão dessa memória em longo prazo. Mas essa correlação é enganosa³⁹. Em primeiro lugar porque a disposição a fixar a lembrança e a transmiti-la imediatamente, no momento em que havia também uma vontade de escuta, ou até mesmo uma demanda de informação, não é minimamente confirmada; pelo contrário, conforme a maioria dos escritos e entrevistas, a atitude que prevaleceu no retorno dos campos foi uma vontade de esquecer e a incapacidade de falar, reforçada pela necessidade de mobilizar todas as energias para enfrentar as dificuldades,

inclusive materiais, da vida: portanto, é compreensível que os primeiros testemunhos sejam aqueles que apresentam valores gerais de justiça e verdade. Em segundo lugar, falar não é apenas uma função dos traumas infligidos no campo e de sua lembrança, mas também de preocupações atuais muito diferentes. Assim, a data dos relatos mais “individuais” quase sempre corresponde a um momento difícil da vida após 1945, que parece provocar ou reforçar a rememoração: a incapacidade de se integrar à sociedade israelense e o retorno à Europa, no caso de Edith Bruck; a morte do irmão, o último membro vivo da família, no caso de Margareta Glas-Larsson; a expulsão da União de Escritores Romenos e a emigração para a França em 1965, para Anna Novac (Novac, 1968). Nesses casos, a escrita autobiográfica serve para superar tanto o trauma concentracionário quanto uma crise conjuntural, os dois estando muitas vezes diretamente ligados, tal como ilustram os projetos de emigração concebidos em resposta ao desaparecimento das comunidades judaicas na Europa central. Em outros casos, tal como os de Lucie Adelsberger (1956), Grete Salus (1958) e Reska Weiss (1961), a publicação de relatos autobiográficos entre 1956 e 1961 provavelmente não teria sido possível sem o encorajamento das organizações religiosas e humanitárias que se abriam para a reconciliação. O projeto individual de rememoração faz parte, então, do projeto de constituição de uma memória coletiva.

Paradoxalmente, o relato não publicado, o mais “político” em seu estilo e intenções declaradas (o de Macha Ravin), é menos o resultado desse projeto de memória coletiva do que da própria crise da autora na época de seu doloroso rompimento com o Partido Comunista após longos anos de dúvida. Ao retornar do campo de concentração, a sensação de segurança e a convicção de que estava trabalhando por um mundo melhor dentro dessa “grande família” facilitaram sua readaptação à vida comum. A comemoração de um passado militante puro e ideal antes da guerra e no campo de concentração ajudou-a, no início da década de 1970, a superar a decepção ideológica, mas também o isolamento social que inevitavelmente resultava do rompimento com uma organização que tendia a moldar até mesmo os detalhes mais privados de sua vida, incluindo a escolha do cônjuge e dos amigos⁴⁰.

Por último, o projeto literário de Charlotte Delbo pode ser lido tanto como um trabalho de luto que une os sobreviventes às vítimas mortas, quanto como um trabalho de comemoração que visa estabelecer comunicação com todos que não viveram essa experiência. De certa maneira, essa obra contribui ao trabalho de constituição de uma memória coletiva da experiência concentracionária e da deportação. Ao fazer da credibilidade do indizível um dos temas de seus escritos, Charlotte Delbo antecipa em seu projeto literário um trabalho mais diretamente político, que se manifesta na republicação, em 1980, do testemunho de Louise Alcan, acrescido de comentários atuais. Ela que, em 1945, tinha sido uma das primeiras a cumprir o que sentia ser seu dever cívico, sente-se

obrigada mais uma vez a tomar a palavra na ocasião dos casos Darquier de Pellepoix⁴¹ e Faurisson – a negação do Holocausto, por um lado (Alcan, 1980, p. 40), e o recrudescimento da xenofobia e do antissemitismo, por outro lado: “Rostos ressurgiram e foi impossível para mim não evocar alguns deles... O caminho da rue Copernic até Auschwitz pareceu de repente muito curto” (Alcan, 1980, p. 40 e 87). É também neste contexto que decorrem as entrevistas recolhidas no âmbito deste projeto desde 1980. Para muitas das mulheres entrevistadas, esta foi uma oportunidade de transmitir a sua experiência, com a aproximação do fim da sua vida, a uma geração talvez mais atenta a elas do que aquela da reconstrução.

Os momentos escolhidos e as razões apresentadas para falar de sua própria vida moldam, então, as principais modalidades de formação das narrativas e, muito provavelmente, de estruturação da memória. Apenas os relatos do primeiro período testemunham uma preocupação com datações precisas, que ali abundam. Mais tarde, ao contrário, e mesmo no caso dos relatos cujo princípio de organização é a cronologia, as datas tornam-se mais raras até serem reduzidas às da deportação e da libertação. Além disso, quanto maior for a preocupação em deixar um testemunho de âmbito geral, mais a formatação seguirá uma lógica quer jurídica, concentrando as informações sobre a gestão do campo e da SS (um caso), quer temática, abandonando a cronologia (o que é frequentemente o caso das histórias dos médicos). A integração, no caso do relato autobiográfico, de elementos das informações sobre o campo, aos quais o autor não pôde ter conhecimento pessoal, reflete igualmente uma tal vocação, mais universal, do testemunho. Pelo contrário, os relatos autobiográficos que não manifestam tais objetivos seguem, na maior parte das vezes, uma ordem cronológica e dos acontecimentos, mesmo que marcadores temporais precisos sejam raros – uma ordem que é muito mais da experiência pessoal do que a da reconstrução histórica. Vemos assim que, tal como o lugar do testemunho no tempo (data de publicação), a organização cronológica da narração é muito fortemente função do tipo de necessidade à qual responde o fato de testemunhar, e do tipo de recursos mobilizados para alcançar este objetivo – ambos ligados ao grau de generalização da experiência que o sujeito pode se permitir.

O SILÊNCIO SOBRE A PESSOA

Faltam informações fundamentais sobre a identidade “comum” da pessoa em grande número dos escritos autobiográficos: quase metade dos autores omite sua idade e seu lugar de origem. No entanto, as informações sobre a identidade da pessoa dentro do campo, a data de entrada, a razão da deportação (política e/ou racial, ou seja, “judia”), estado civil e os eventuais filhos, figuram em quase todos os relatos. Este último critério tem importância particular na medida em que a separação dos entes queridos é muitas vezes sentida como o primeiro e mais doloroso dos traumas.

Outra grande manifestação desta tensão específica do empreendimento autobiográfico é a limitação da narrativa ao período do internamento, indicando no caso dos sobreviventes que o “eu” só pode ser enunciado em relação ao “nós” de todos aqueles e todas aquelas que experimentaram o mesmo destino. É difícil encontrar em todos estes escritos informações sobre a vida antes e depois do campo, três quartos deles focando exclusiva ou quase exclusivamente na vida no campo (80% a 100% das páginas).

É no caso de escritos mais pessoais explicitamente ligados a uma reconquista de identidade que a narrativa fora do campo pode atingir até metade do texto (Zacharia-Asseo, 1974), ou mesmo ser invertida a ponto de se referir à experiência do campo em apenas 20% das páginas (Bruck, 1959 *apud* Bruck, 1961). Mesmo nas entrevistas é difícil ir além da limitação ao período concentracionário. Segundo algumas das mulheres entrevistadas, a deportação corresponde ao único momento das suas vidas que merece interesse geral: representa mais de 60% do tempo em sete entrevistas e quase metade do tempo em outras quatro. Quando o período pré ou pós-concentracionário ocupa um lugar importante, muitas vezes é para explicar as atividades de resistência que precederam a prisão ou fuga, ou o retorno de uma sobrevivente em 1945. Em três das entrevistas – também aquelas que focam menos exclusivamente no período de campo – as dificuldades de readaptação ao mundo ordinário constituem o tema principal.

Quanto à parte atribuída ao grupo, não surpreende que uma das primeiras publicações a aparecer, em 1946, tenha sido uma biografia coletiva publicada pela *Amicale des Déportés d'Auschwitz* (Abada, 1946). Este gênero, retomado em 1980 em um outro livro escrito por iniciativa do mesmo *Amicale* (Pozner, 1980), liga, como o seu nome indica, o individual ao coletivo, e resolve dar forma a esta tensão constitutiva de todo testemunho sobre a experiência concentracionária. Em contraste, um dos manuscritos que nos foram cedidos para esta pesquisa, escrito em 1945 por uma jovem então com 17 anos, está fortemente relacionado com o uso da escritura como reconstrução do sentido de si – assim, sua autora nunca tentou publicá-lo. Para que surgisse um livro que se mostrasse explicitamente como uma tentativa de esclarecer a identidade de seu autor, tivemos que esperar até 1959. Da mesma forma, Charlotte Delbo – a única autora da nossa amostra cuja fama teria permitido o recurso à autobiografia em sua definição literária – só iniciou tardiamente o seu trabalho sobre o tema da deportação, e com uma biografia coletiva: foi um trabalho de investigação que resultou na reconstrução de esboços biográficos de todos os seus camaradas que deixaram a França no mesmo comboio que ela (Delbo, 1965).

FALAR DA VIDA EM NOME DE UM VALOR GERAL

Tal como no caso dos depoimentos judiciais e históricos, a justiça e a verdade são os valores mais gerais a que se referem certos escritos autobiográficos, próximos entre si pela sua forma – temática e não cronológica – bem como pelo seu conteúdo, centrado em certos personagens e acontecimentos que já ocupavam um lugar importante nos testemunhos judiciais e históricos acima analisados. A única narrativa jurídica presente em nosso *corpus* aponta então para a denúncia dos adversários, os SS. Dounia Ourisson (Ourisson, 1946) só dá como informações pessoais a data de sua deportação, uma dedicatória aos membros de sua família assassinados em Majdanek, sua trajetória e sua posição como tradutora na *Politische Abteilung* do campo, que se deveu ao seu conhecimento de vários idiomas. Esta publicação apenas completa seu depoimento, encontrado nos arquivos. Publicado pela *Amicale des Déportés d'Auschwitz*, foi escrito com a mesma intenção de esclarecer os crimes cometidos e de servir à justiça.

No registro de testemunho de carácter científico, encontramos o livro de Ella Lingens-Reiner (Lingens-Reiner, 1948), austríaca e médica, presa por ter ajudado judeus a fugir. Seu relato está ordenado cronologicamente apenas em cerca de 10% do texto relativo à sua vida antes do campo e depois da sua libertação. Por outro lado, a sua descrição do campo, incluindo suas reações e experiências pessoais, é organizada de acordo com diferentes temas que analisa com base nas suas próprias experiências, mas abstraindo tanto quanto possível as suas reações emocionais: os princípios de organização do campo e do trabalho no *Revier*; constrangimentos que pesam sobre o pessoal médico, colocado numa posição muito ambivalente entre as prisioneiras e os médicos SS; as seleções e negociações pelas quais as prisioneiras ocupando posições “privilegiadas” tentaram salvar algumas das mulheres destinadas à câmara de gás. Um quarto de seu livro é dedicado ao estudo das relações sociais entre diferentes categorias de deportados, com especial atenção para a categoria mais desprovida de recursos – as judias – e para as categorias mais numerosas e mais diretamente concorrentes para cargos elevados – as alemãs e as polonesas. Partindo da constatação de que qualquer melhoria nas condições do campo e, portanto, nas chances de sobrevivência de maior número exigia necessariamente um mínimo de comunicação e cooperação com os SS, um capítulo, quase tão longo quanto aquele que é dedicado às relações sociais entre detentos, aborda este tema, inteiramente atravessado pelo problema dos limites entre a indispensável comunicação e o compromisso, com uma discussão muito matizada sobre a mentalidade de vários SS, cuja descrição repete, em parte com as mesmas palavras, o seu depoimento encontrado nos arquivos. Por último, nota-se que a análise proposta por outra sobrevivente, a socióloga polaca Anna Pawelczynska, confirma esta sociologia implícita das relações entre deportadas, embora num nível de abstração teórica tal que este livro não pode ser relacionado aos escritos biográficos do nosso *corpus* (Pawelczynska, 1979).

OS LIMITES DO DISCURSO MILITANTE

Podemos perguntar-nos porque nenhum relato de nosso *corpus* se assemelha ao gênero da literatura militante no sentido comum do termo, nomeadamente um discurso de mobilização em nome de uma causa e de uma organização responsável por incorporá-la – e isto apesar da presença entre os autores de mulheres que aderiram à resistência e que também estavam, depois da guerra, politicamente engajadas. Se é quase impossível explicar a experiência concentracionária numa base exclusivamente individual, é igualmente improvável que ela possa ser incluída em um relato partidário e ver-se monopolizada por uma determinada organização e causa política, pelo fato – aparentemente paradoxal – de que neste caso de “crime contra a humanidade”, qualquer uso militante correria o risco de restringir o seu âmbito universal e, como resultado, parecer ilegítimo. Neste sentido, talvez não seja coincidência que o único documento que comemora o militantismo dentro do campo tenha sido escrito no momento em que a sua autora se retirou de qualquer filiação a uma organização política.

O manuscrito autobiográfico inédito escrito por Masha Ravine entre 1972 e 1975 é o único relato que, por exemplo, evoca os nomes das organizações nas quais ela atuava antes de sua deportação e as atividades coordenadas de uma resistência mais organizada no campo⁴². Dois terços da sua narrativa seguem uma ordem cronológica: é então a sua história pessoal e militante como judia polaca que imigrou para França até o momento em que, desesperada e doente, encontra no campo um militante que conhecera no seu comboio. Através da intervenção de outros camaradas bem posicionados, ele pode designá-la para o *Revier*. É a partir deste momento, que marca o início da sua participação nas redes de resistência do campo, que também mudam a ordem e o estilo da sua narrativa. A cronologia é substituída por uma ordem temática: *Revier* de Birkenau (local privilegiado de ação clandestina); uma “seleção”; o “Canada”, contato com a organização dos homens etc. – tudo intercalado com retratos de seus camaradas mais próximos. Tal como na lógica de uma narrativa de natureza jurídica e científica, este testemunho político emerge quase automaticamente da cronologia. Da mesma forma, o caráter comemorativo da escrita levou a autora a integrar no texto episódios importantes dos quais não foi testemunha direta, mas dos quais tomou conhecimento graças à sua posição dentro de uma rede política. Este escrito comemorativo pretende também erguer um monumento à memória das suas camaradas militantes: “Estas mulheres que simbolizam a intrepidez das mulheres resistentes de Birkenau deixaram uma lembrança inesquecível em nosso coração e são para nós a encarnação da sublimidade que pode ser alcançada pelo ser humano” (Ravine, 1975, p. 5). No entanto, as ações de resistência que ela relata dificilmente se distinguem daquilo que outras narrativas tratam como ajuda mútua espontânea: a manipulação das

estatísticas de trabalho, alocação aos comandos menos árduos, apoio moral aos doentes. Isto significa que as possibilidades de ações espetaculares eram limitadas, malgrado os atos heroicos (também relatados) como a revolta do *Sonderkommando*, o roubo de explosivos por prisioneiros judeus polacos na *Union-Werke*, e a fuga de Mala Zimetbaum e Edek Galinski.

Além disso, muito poucas publicações biográficas relatam os atos heroicos que fariam parte da resistência organizada – resistência que vários autores consideram, por outro lado, desprovida de sentido, até mesmo perigosa, em tal contexto (além da suspeita, sempre possível e efetivamente expressa em algumas narrativas, de que as organizações de resistência política eram sobretudo redes de ajuda mútua apenas para seus membros aderentes e simpatizantes). A destruição dos crematórios graças aos explosivos contrabandeados por prisioneiras judias das *Union-Werke* não foi unânime entre os grupos de resistência organizados no campo dos homens e foi apenas parcialmente realizada devido ao vazamento de informação para os SS⁴³. Este episódio só aparece em outras quatro narrativas. Por outro lado, a narrativa da fuga, em junho de 1944, de Mala Zimetbaum, uma judia belga de origem polonesa, e de Edek Galinski, é contada em três quartos dos escritos. Recapturada pouco depois e trazida de volta ao campo, Mala conseguiu, diante dos prisioneiros convocados para testemunhar sua sentença de morte, cortar suas veias com uma lâmina de barbear e esbofetear um SS, o último ato dramático de resistência antes de sua morte⁴⁴.

Os relatos que contam da resistência organizada no campo, e mais particularmente aquelas em que o autor diz ter participado nessas atividades, pouco esclarecem sobre o funcionamento desta resistência, sobre a constituição e composição das redes. O único elemento que sobressai das poucas passagens que abordam este tema é a ligação estabelecida entre o campo das mulheres e o campo dos homens – ligação que foi decisiva na preparação da explosão dos crematórios, bem como, após as seleções, na intervenção organizada de prisioneiros bem posicionados para salvar algumas vidas (Lewinska, 1945). A razão para isto é, sem dúvida alguma, que as regras de segredo e de anonimato que caracterizam qualquer organização clandestina foram levadas ao limite nas condições do campo. Por outro lado, em contraste com as dúvidas que a resistência organizada poderia provocar, o ato individual de Mala, prisioneira exemplar e desinteressada na ajuda que realiza a partir de uma posição-chave (a estatística e a organização dos comandos de trabalho), tem tudo para se tornar um mito, através do martírio de uma mulher que simboliza todas as astúcias da sobrevivência diária e, além disso, uma grande história de amor – com Edek, personagem não menos mítico do campo dos homens. Portanto, não é tanto o ato heroico em si, mas a astúcia e o amor que o tornam possível, que parecem ser os valores passíveis de serem valorizados no campo.

Esse mesmo episódio, com a personagem de Mala, figura igualmente em metade das entrevistas. Embora onze das dezesseis entrevistas provenham de deportadas presas por atos de resistência (incluindo quatro judias), estas não esclarecem muito dos métodos de organização e a composição das redes de resistência dentro do campo. Por outro lado, todos estes relatos consideram a participação na ajuda mútua organizada e a razão de ser e de viver que proporciona um recurso inesgotável e decisivo de energia. Além disso, é sobretudo em relação a problemas atuais que algumas mulheres voltaram a abordar temas político-partidários nas entrevistas.

Assim, a maioria das francesas comunistas e não comunistas entrevistadas mostraram-se menos chocadas com a reconciliação com a Alemanha do que com a reescritura correlata da história que, dependendo das novas alianças e do anticomunismo atual, corre riscos, segundo elas, de minimizar, ou mesmo ocultar, o papel da União Soviética na libertação do nazismo – embora tenha sido, durante sua deportação, o destino da guerra na Frente Oriental e o avanço do Exército Vermelho a fonte mais importante de esperança. Nas entrevistas realizadas na Áustria, uma dúvida transpareceu muitas vezes: a esquerda, hoje no poder, não subestima certos perigos neonazis?

Nos escritos das sobreviventes aqui estudados, bem como nas entrevistas recolhidas, não encontramos, portanto, nenhuma heroicização das vítimas – uma técnica tão comum na retórica militante. Tudo acontece como se a ambivalência das situações de interação no campo se opusesse a uma reconstrução e a uma projeção que precisaria ser alimentada por uma imagem simples e clara da natureza das interações sociais. Além disso, entre as razões políticas evocadas em cinco publicações, são as razões humanitárias gerais que prevalecem: lutar contra o racismo, o fascismo e o antissemitismo, transmitir o inacreditável para tornar impossível sua repetição, tal é, por exemplo, a mensagem política na introdução ao relato de Louise Alcan publicado em 1945 (Alcan, 1945). Mas nada lhes distingue, além do mais, de outras narrativas autobiográficas que invocam razões mais pessoais, tais como as recordações dos parentes ou dos mais próximos, daí a necessidade de escrever para superar o trauma e recuperar a liberdade. Tudo indica, portanto, que um registro especificamente político tem pouco lugar nessas narrativas, pois o valor “geral” que ali seria mostrado correria o risco de parecer muito particular, dada a extensão do trauma.

RELATO ROMANCEADO E PROJETO LITERÁRIO

Há, no entanto, um caso de narrativa fortemente heroicizada em que a heroicização assume uma forma diretamente política, na medida em que os dois personagens principais são resistentes e em que a obra conclui com um apelo à luta contra o antissemitismo (sendo a heroína não apenas resistente, mas judia), trata-se de “A Paixão de Myriam Bloch”, de

Marianne Schreiber (Schreiber, 1947). Contudo, esta narrativa, cuja nota introdutória indica que “todos os episódios desta terceira parte (aquela dedicada a Auschwitz) são rigorosamente autênticos” (Schreiber, 1947, p.195), apresenta-se como um romance. Veremos que não é certamente casual, se a única forma de heroicização política manifesta e contínua (já que ocupa 30 páginas da obra) só pode ser aceita de forma romanceada.

A parte, seguramente “autêntica”, dedicada ao internamento em Auschwitz, ocupa um espaço relativamente pequeno (cerca de sessenta páginas, ou um sexto do romance): a experiência concentracionária é, de certa maneira, apenas o ponto culminante da narrativa e termina com uma fuga que confirma as virtudes da resistência, no sentido forte do termo, da heroína e do seu namorado, bem como a força do seu amor que consegue superar a destruição física e psicológica infligida ao rapaz. Para conseguir assim magnificar este triunfo do amor e da virtude – estas duas qualidades tão tipicamente humanas – face à realidade desumanizante do campo, esta narrativa deve inevitavelmente recorrer a um “pathos”, ausente de todas as outras narrativas, e que se manifesta pela insistência nos sentimentos e nas descrições das sevícias infligidas ao jovem (em comparação, todas as outras narrativas são infinitamente mais despojadas).

Será este romance, em que a experiência concentracionária apenas realça as virtudes dos heróis, longe de as alterar, autobiográfico? Ou ainda que autorizado por uma pessoa “real”, mesmo se escrito por uma outra? Não conseguimos responder a esta questão, mas, em todo o caso, o trabalho de heroicização que opera e as condições nas quais isso se faz, colocam-no à parte dos documentos com valor testemunhal: malgrado o reforço insistente na autenticidade dos fatos relatados, e mesmo se levarmos em conta o que diz respeito à técnica romanesca (em particular a condensação da cronologia), não podemos deixar de nos perguntar até que ponto tal história é verdadeira.

Contudo, não é o recurso a uma forma propriamente literária e, em particular, romanceada, que induz forçosamente à suspeita sobre a autenticidade da experiência relatada e, em particular, sobre a identidade entre o autor, o narrador e o personagem. Com efeito, nos outros relatos do nosso *corpus* que, pela sua forma literária, se situam às margens do gênero autobiográfico (além da hagiografia, de que acabamos de falar, encontramos também, como veremos, o diário, o testemunho romanceado, o teatro, a poesia...), não nos sentimos de forma alguma tentados a duvidar do fato do autor ter realmente vivido aquilo que diz. No caso do romance de Schreiber, é de fato a heroicização, e não o romanesco que coloca um problema, sem dúvida porque esta magnificação da pessoa, em que se condensam as experiências mais espetaculares e as mais sublimes, rompe singularmente com o modo em que o heroísmo poderia suceder efetivamente nos campos (mais modestos e talvez, ao mesmo tempo, mais difíceis) e, sobretudo, com o grau de autoglorificação que as sobreviventes aceitam⁴⁵.

Se o romance permite dizer o indizível, ao introduzir um distanciamento frente às lembranças difíceis de confrontar com as normas da moral vigente (agora as únicas relevantes, e ainda mais à medida em que nos afastamos do momento do regresso à vida civil), não devemos nos surpreender que, em nosso *corpus*, a única narrativa autobiográfica romanceada seja a de uma prisioneira que se beneficiou de um privilégio (um cargo administrativo nos escritórios) que não foi associado a uma justificativa humanitária, como foi o caso do pessoal da equipe médica.

Mas se o testemunho de Zywulska é “romanceado” (e, significativamente, o prefácio insiste no seu valor apesar do seu carácter ficcional e apesar do benefício deste privilégio): “A obra é apresentada numa forma romanceada, uma proposta que pode ofender o historiador, mas torna mais acessível aos não iniciados a verdadeira atmosfera do campo, integrando na vida cotidiana as cenas de horror que podem parecer a uma mente desinformada um exagero mórbido” (Wormser, 1956, p. 8). É de maneira tão tênue que quase nada o distingue de um testemunho “comum” – a tal ponto que se pode perguntar o que, precisamente, faz a diferença. Isto reside sobretudo, ao que parece, no tratamento cronológico, bastante específico: segue uma continuidade temporal (ao contrário das formas “temáticas” de organização da narrativa que foram estudadas acima), mas apresentando-a de um modo muito mais coerente e contínuo do que os relatos autobiográficos “cronológicos” (que observam ou parecem observar de forma bastante escrupulosa o desdobramento “real” da experiência individual). O que, em Zywulska, trai o formato romanesco (da mesma forma, aliás, como em Schreiber ou Saveria), independentemente de qualquer questionamento sobre a veracidade dos fatos relatados, é a abundância de notações temporais (“É então que”, “no dia seguinte”, “na mesma noite”, etc.), capazes de reconstruir uma certa continuidade pela vinculação narrativa de elementos que não se ligam nem a uma analogia temática, nem à realidade de uma vivência individual, forçosamente descontínua.

Romance hagiográfico, romance realista, narrativa romanceada: vimos a quais condições e a quais necessidades, não especificamente literárias, respondem o recurso a esta ou aquela forma novelística. Esta, porém, não é a única forma pela qual um testemunho pode fazer parte de um projeto propriamente literário, ultrapassando este tipo de “grau zero da escritura” que constitui o testemunho autobiográfico. Assim, encontramos um caso em que a escritura aparece como um instrumento quase exclusivo de manutenção (no momento) e de reconquista (depois, na época da publicação) de uma identidade: este é o livro de Anna Novac (Novac, 1968), continuação direta de um diário iniciado aos 14 anos, logo antes do campo e que continuou durante a reclusão.

Na medida em que este diário é a tradução da vocação de escritora (a autora define-se como uma “grafômana”), e reflete a ambição de uma obra literária, o relato da experiência concentracionária torna-se então

o veículo que permite expressar ao mesmo tempo a condição da artista: “Agora, eu escrevo. Escrevo que escrevo. Seja louvado, Senhor” (Novac, 1968, p. 23). Nenhuma data situa as diferentes passagens da narrativa, todas escritas no presente. Num quadro geralmente cronológico, sucedem-se uma série de “cenas” muito estilizadas. A narrativa, que começa em Auschwitz, nada diz sobre o momento ou os motivos da entrada do autor neste universo. Seu monólogo interior permanente, as dúvidas e angústias do eu da escritora misturam-se, por assim dizer, com a experiência concentracionária: “O lápis... restitui-me a cada momento, em segredo, o que todo um universo enfurecido procura arrancar-me: a consciência de mim mesma, a forte coragem de julgar, mesmo acorrentada. Árbitro e testemunha” (Novac, 1968, p. 23). Como se a escritura da memória lhe fornecesse um instrumento de controle de si mesma, este texto destina-se principalmente à própria autora e não mais, como no caso de um testemunho, à instrução de terceiros. Esta inclinação autorreflexiva determina também os limites da sua mensagem e, correlativamente, o desconforto que sua leitura engendra: de fato, a impossibilidade para o leitor reconstruir a realidade dos acontecimentos por trás da abundância de sentimentos pessoais expressos, contrasta de modo penoso com o registro habitual dos testemunhos, cuja legitimidade é sobretudo menos um problema do que a factualidade predominante; aqui, ao contrário, a atenção exclusiva da adolescente à sua própria pessoa e, mais ainda do que à sua pessoa, à sua expressão na forma deste diário, chega a conferir um caráter insignificante e repetitivo a esse ato, por mais excepcional que fosse manter um diário dentro de tais condições. O que, em todo caso, aparece claramente é a função de manutenção da identidade preenchida por este jornal no momento da sua escritura. Mas este momento não é, como vimos, o único relevante para a análise desses escritos, inclusive quando assumem forma literária. O momento da publicação também tem um papel a desempenhar na gestão da identidade do sobrevivente. No entanto, as poucas indicações biográficas que o prefácio deste livro nos fornece (uma carreira de escritora e de peças de teatro em Bucareste, antes da exclusão do Sindicato dos Escritores e da emigração para o Ocidente) revelam a angústia de uma mulher para quem a experiência concentracionária e as dificuldades de viver a sua condição de artista reforçam-se mutuamente. Presa numa busca permanente de si mesma como sobrevivente e escritora, a impede de formar outra coisa senão a expressão dessa busca impossível: “Diante da minha aventura, onde estou? Qual é o meu lugar neste mundo desfeito? Será que algum dia serei capaz de me desligar com força suficiente de minhas próprias provações para poder vê-las através dos olhos de meus bisnetos?” (Novac, 1968, p. 17). A dissociação provocada pela experiência concentracionária é fonte aqui de ruptura e de reflexão permanente sobre si mesma, mas incapaz de levar a uma reconquista de si que, por si só, permitiria (ainda que sempre precária) um trabalho de transformação da reflexão sobre si em uma obra

literária de vocação mais geral, graças ao recurso da dissociação infligida como um instrumento de distanciamento estético.

É aqui que o projeto literário de Charlotte Delbo ganha todo o seu sentido. Se, de fato, só muito tarde junta a sua voz às outras, é porque não pretende apenas acrescentar mais um testemunho para reforçar a veracidade do que pode ter sido dito sobre Auschwitz. O desafio do seu trabalho é menos histórico (reconstruir e transmitir o passado) do que literário: “Não tenho a certeza de que o que escrevi seja verdade. Tenho certeza que é verídico”. Como encontrar o estilo apropriado para dar forma à visão de um campo de extermínio e aos seus efeitos sobre os deportados? Também o projeto literário que se desenha nos seus livros desloca o objeto e a abordagem da reflexão, já não se trata tanto de dar conta da sobrevivência e dos modos de resistência que permitiram manter intacta sua integridade física e moral, mas de lançar luz às deformações impostas à pessoa e suas consequências em longo prazo, através das tensões da experiência concentracionária: tensões entre a sobrevivência individual e a solidariedade com o grupo, entre a fala e o silêncio, entre a comemoração e o testemunho. O controle da sobrevivência começa, portanto, com o necessário trabalho de luto, capaz de restabelecer o vínculo entre todas as vítimas, mortas e vivas.

Seu primeiro livro, “Nenhum de nós retornará” (*Aucun de nous ne reviendra*), escrito em 1946, mas publicado apenas em 1965 (Delbo, 1965), distingue-se de todos os demais relatos publicados no período imediato pós-guerra e anuncia sua abordagem literária. Já o título, que é também a conclusão “Nenhum de nós retornará, nenhum de nós deveria ter retornado” (Delbo, 1965, p. 122), estabelece a ligação entre os mortos e os vivos: os sobreviventes, salvos pelo fim da guerra e dos campos, só são distanciados dos mortos por alguns poucos dias ou semanas que separam o momento da libertação do momento muito próximo da aniquilação inscrito na lógica do campo, que não deixava nenhuma possibilidade de esperança, nenhuma possibilidade de heroísmo. Contudo, a partir de tal experiência, nenhum projeto literário pode criar esperança onde não há, nem pode construir um discurso edificante para o proveito das gerações futuras. Longe do otimismo demonstrado por todos os teóricos da sobrevivência, que nele encontram o conforto de ver confirmados certos valores transcendentais, Charlotte Delbo constrói a sua obra com a mesma ausência de ilusões de quando se dirige a esta pequena menina judia: “O que devo dizer a ela para animá-la? Ela é pequena, frágil. E não tenho o poder de persuadir a mim mesma. Todos os argumentos são absurdos. Luto contra a minha razão. Lutamos contra toda razão” (Delbo, 1965, p. 18-19). Também este primeiro livro de Charlotte Delbo, biográfico, restitui o desespero em seu estado puro: o corpo mutilado corresponde ao coração partido. O sobrevivente carrega para sempre as marcas da morte, a realidade de um campo de extermínio apaga qualquer distinção

de qualidades ou conduta entre sobreviventes e mortos, tornando a linha de demarcação entre uns e outros a mais arbitrária possível.

A reconstrução das biografias dos seus camaradas do comboio de 24 de janeiro de 1943 (49 sobreviventes de 230, e este número é particularmente elevado na medida em que eram mulheres francesas “políticas” e não “judias”, que não estavam sujeitas à seleção na chegada e gozaram de melhores condições de vida a partir de 3 de agosto de 1943; Delbo, 1965, p. 16-17), compõe uma galeria de retratos que revela toda a diversidade de situações, no campo e depois. No entanto, é o próprio desespero que deve ser transmitido em sua diversidade, pois restaurar uma pluralidade de vozes é o que também nos permite expressar a voz despedaçada de cada sobrevivente tomada individualmente, que nunca deixa de se comparar com os outros, a seus companheiros de destino, e para aqueles ao seu redor, dos quais ela está para sempre separada por causa de sua experiência e de sua memória⁴⁶.

Para realizar este projeto literário, Charlotte Delbo escolhe gêneros literários e linguagens específicas. Em “Um Conhecimento Inútil”, apresenta cenas e retratos, ordenados por temas e não por cronologia, intercalados por poemas. Apenas uma outra autora, a atriz polaca Zarebinska-Broniewska, utiliza esta técnica de apresentação (Zarebinska-Broniewska, 1949).

O distanciamento literário consiste, portanto, em criar um espaço discursivo que permita que uma pluralidade de vozes se expresse. O caráter autobiográfico dos relatos testemunhais é assim superado sem que haja necessidade de passar do registo individual e singular para um registo geral, como acontece com os relatos judiciais, científicos ou políticos. A linguagem e o estilo precisos, sóbrios, sem qualquer *pathos*, recriam esta comunidade de destino que uma comemoração heroizante só poderia expropriar de sua experiência. Ao recusar-se a esquecer, Charlotte Delbo supera o seu desespero e as suas feridas através da escritura e, ao falar em primeiro lugar aos seus companheiros, ela lhes fornece os instrumentos para fazerem o mesmo: “Esquecer, seria atroz. Não que eu esteja agarrada ao passado, não que tenha tomado a decisão de não esquecer. Esquecer ou lembrar não depende da nossa vontade, mesmo que tivéssemos o direito de fazê-lo. Ser leal às camaradas que deixamos para trás é tudo o que nos resta. Esquecer é impossível de qualquer maneira... Não estou viva, morri em Auschwitz e ninguém o vê” (Delbo, 1965, p. 64-66).

Mas se a reconquista da identidade exige o luto e a recusa do esquecimento, é o que também permite controlar “esta faculdade providencial que me ajudou a escapar de Auschwitz: me desdobrar, não estar lá” (Delbo, 1965, p. 75). Com efeito – e a literatura dos sobreviventes dos campos de extermínio o confirma – a manutenção da autoestima, de uma certa liberdade de pensamento em vez de uma pequena margem de autonomia na ação, resulta, na maioria das vezes, da duplicidade da pessoa, de sua capacidade de pensar em si mesma à parte da realidade da qual não pode escapar. Mas uma vez transformada a necessidade em

virtude, o hábito desta duplicidade é a hipoteca que pesa sobre a adaptação à vida civil após o regresso: “Eu era dupla e não conseguia reunir os meus duplos” (Delbo, 1965, p. 120). Ou, falando de outro sobrevivente encontrado durante o retorno: “Ele se lembra de tudo... só que tem a impressão de que não foi com ele que aconteceu. Ele tem um passado que não é o seu, por assim dizer” (Delbo, 1965, p. 133). Não esquecer, guardar a memória, torna-se então condição para evitar os efeitos destrutivos dessa duplicidade: assumir o passado em nome do controle do presente.

O ato literário torna pública a experiência concentracionária na sua diversidade, na sua ambivalência, em todos os aspectos da atrocidade. E esta “publicidade” (no sentido de tornar público, e portanto dizível, pelo menos parte do indizível) permite, na impossibilidade de restaurar a justiça, abrir pelo menos a possibilidade de uma compreensão mais geral, susceptível de estabelecer um vínculo social que poderia aliviar o peso que a memória representa para cada sobrevivente considerado individualmente.

Mas também é apropriado considerar o fato da identidade de Charlotte Delbo já ter sido construída, antes do campo, em torno da sua relação com a literatura (ela trabalhou no teatro, e também conseguiu que uma peça fosse apresentada em Auschwitz por suas companheiras de prisão), de modo que a escritura sobre os campos pode ser igualmente um modo de resolver sua duplicidade, instaurando um vínculo entre sua condição de sobrevivente e aquela de escritora. Isso explicaria a constância, em sua trajetória, da escritura sobre os campos, e em todas as suas formas (prosa, teatro, poesia), mas sempre com um projeto verdadeiramente literário.

Finalmente, depois de 1945, foi a literatura em geral que se viu confrontada com um novo problema: dar forma a uma realidade que ia além de tudo o que poderíamos imaginar. É então que se constitui um gênero específico: a “literatura de atrocidades”, à qual pertence a obra de Delbo (Langer, 1975, p. 35; Halperin, 1970), em que estas problemáticas, inicialmente promovidas por escritores que sobreviveram aos campos de concentração, foram retomadas por outros para constituir um objeto de reflexão relativamente autônomo da relação pessoal do autor com o universo concentracionário. Assim, ao contrário da observação pessimista de Adorno em “A Dialética Negativa”, segundo a qual, depois de Auschwitz, a poesia não seria mais possível, a arte tornou-se um recurso que nos permite assumir o desafio, tentando dar uma forma de expressão ao horror. Os personagens desta literatura muitas vezes combinam a necessidade simultânea de falar e permanecer em silêncio e, principalmente, se veem incapazes de restabelecer sua unidade com a ajuda de valores transcendentais ou míticos (Langer, 1975, p. 12, 120, 284). Esses traços característicos fazem lembrar as tensões constitutivas dos diferentes tipos de depoimentos aqui analisados, mas que vemos serem suscetíveis de se fazerem objeto de um trabalho de eufemização por meio da forma literária.

Esta opõe-se, portanto, tanto à idealização psicológica ou ideológica, que tende a operar a partir do exterior, como também à descrição “achatada”, praticada mais frequentemente pelos sobreviventes quando se comprometem a testemunhar. Com a necessidade de falar de si mesmo, e uma vez que é a própria condição deste “si” que é problemática devido à discrepância (temporal, estatutária etc.) entre a identidade concentracionária e a identidade civil – com a dificuldade de falar aliada à necessidade de o fazer –, o recurso à forma literária pode ser uma das modalidades de expressão, entendida quer como um esforço de distanciamento, quer como um empreendimento de restauração de vínculos.

FALAR POR SI MESMA

Quase metade dos relatos do nosso *corpus*, tanto os publicados como os obtidos através de entrevistas, invocam poucas ou nenhuma motivação geral que justifique tomar a palavra em público. Assim entre as treze narrativas enunciadas “em nome de si mesma”, cinco foram escritas logo após a liberação entre 1945 e 1946, as outras oito depois de 1956. Estes dois grupos de escritos têm em comum uma narração cronológica e de acontecimentos, com poucas incursões temáticas, mas distinguem-se pelo fato de que os textos publicados logo após a liberação, muito detalhados e precisos na descrição dos acontecimentos relatados, darem pouco espaço a reflexões mais gerais e filosóficas sobre os mesmos acontecimentos, mas, ao contrário, tomarem certa amplitude nos textos publicados depois de 1956 – o que também é relatado em algumas entrevistas. Além disso, enquanto os escritos autobiográficos do primeiro período refletem o trabalho de luto e de adaptação à vida cotidiana, os relatos posteriores refletem tanto as lembranças como as preocupações contemporâneas no momento da escritura, quando um período difícil provoca uma rememoração: emigração, perda de uma pessoa próxima etc. Encontramos este mesmo problema em três entrevistas realizadas poucos anos após a morte de uma pessoa muito próxima, o marido ou o irmão. O relato tende então a ir além do episódio do campo propriamente dito, prestando mais atenção a toda a trajetória da pessoa, à juventude e ao período que antecede a deportação, mas também à readaptação à vida civil após o retorno dos campos.

Se compararmos estes relatos “em nome de si mesmo” com aqueles que são contados em nome de um valor geral, constatamos que os primeiros mencionam apenas um pequeno número de amigos ou parentes, e dificilmente fazem referência a grupos de pertencimento formados. Se tomarmos como indicador do grau de integração num grupo e, indiretamente, de proteção coletiva em uma situação de extrema repressão, o número de amigas ou familiares que desempenham um papel importante, seja para manter a esperança, seja para “organizar” a sobrevivência ou para

se proteger reciprocamente, aquelas que falam em nome de si mesmas, efetivamente, parecem ter passado a sua experiência concentracionária num isolamento ainda maior do que os outros. Assim, no relato de Edith Bruck, apenas sua irmã aparece como uma pessoa próxima e confiável com quem ela pode contar (Bruck, 1961); Reska Weiss organiza uma parte de seu relato em torno do infalível apoio mútuo de uma amiga e também da proximidade com suas duas cunhadas (Weiss, 1961); Estrea Zacharia-Asseo e Lucie Adelsberger se referem mais particularmente a duas amigas muito próximas (Zacharia-Asseo, 1974; Adelsberger, 1956).

No entanto, olhando mais de perto, vemos que estes diferentes modos de fazer uso da palavra, e este aparente isolamento durante a detenção, podem ser atribuídos à razão oficial da prisão e da deportação. Sem resultar necessariamente num tratamento distinto em todas as etapas da experiência concentracionária, as diferentes razões para a prisão, “políticas” por um lado, “raciais” por outro, são a origem de traumas adicionais para as judias, bem como uma menor integração em um grupo constituído. Com efeito, as deportadas “políticas”, quando chegavam a Auschwitz, encontravam-se geralmente integradas num grupo de militantes que se conheciam de longa data, ou que tiveram a oportunidade de se conhecer na prisão, por vezes durante períodos de vários meses antes da sua transferência para o campo de concentração. As judias, ao contrário, eram frequentemente apanhadas em detenções (*rafles*)⁴⁷ e tinham passado, no máximo, algumas semanas noutro campo, antes de serem deportadas para Auschwitz. Na maioria das vezes, conheciam apenas os membros da sua família que foram deportados ao mesmo tempo que elas e, neste caso, o choque da chegada tornou-se ainda mais insuportável porque muitas vezes foi acompanhado pela perda de pessoas próximas, marido, filhos ou pais. Esta diferença inicial marca toda a experiência concentracionária. O isolamento relativamente maior dos judeus na chegada ao campo não parecia poder ser superado depois disso.

Podemos opor, deste ponto de vista, o relato de Louise Alcan sobre o “comboio de 24 de janeiro”, escrito em 1945 e onde abundam as referências às suas amigas e aos “franceses”, com o de Suzanne Birnbaum, de outro comboio, presa como judia. Ela atribui o seu recrutamento para Raisko à intervenção de Louise Alcan e da Doutora Stéphane. Mas apesar dos laços muito estreitos com duas mulheres do “comboio de 24 de janeiro”, seu relato retrata um destino mais solitário e o apoio de um número muito limitado de amigas (Alcan, 1945). O “comboio de 24 de janeiro” é, sem dúvida, o exemplo mais revelador de uma experiência concentracionária coletiva. Fortemente ligadas por um longo período na prisão e no forte de Romainville, essas francesas que chegam ao campo cantando a Marselhesa, se unem e conseguem nunca se separar completamente, a tal ponto que quando Marie-Claude Vaillant-Couturier vê à disposição um cargo de tradutora, ela recusa, apesar da incontestável vantagem pessoal que isso lhe teria proporcionado, para não abandonar as demais. Esta coesão do

grupo, de base política e patriótica, permitiu ao núcleo deste comboio estabelecer laços com outras mulheres francesas no *Revier* e na *Raisko*, e salvar um grande número de camaradas do mesmo comboio, outras mulheres francesas e elas mesmas.

As entrevistas confirmam as tendências assim identificadas na literatura. Três mulheres francesas, das nove entrevistadas, não fizeram parte do comboio de 24 de janeiro. Com exceção da entrevista com uma emigrante judia polaca, presa na França, e que, no campo, mal se misturava com mulheres polacas, as entrevistas com estas judias revelam uma situação muito solitária no campo – próxima, neste aspecto, da situação de uma judia alemã e uma judia austríaca que, ao contrário de outras judias austríacas também entrevistadas, não tinham filiação política antes da sua deportação. As duas exceções a este maior isolamento das judias são Fania Fénélon e Margareta Glas-Larsson. No caso da primeira, a continuidade de uma infinidade de relações estáveis e duradouras se deve à sua posição como musicista na orquestra do campo (Fénélon, 1976). A segunda distingue-se por uma capacidade rara de estabelecer contatos – disposição em parte devida a uma educação mundana toda orientada para o “bom casamento” e reforçada por um longo périplo na prisão (Glas-Larsson, 1981, p. 75)⁴⁸.

Encontramos também a oposição entre esses dois tipos de uso da palavra (em nome dos valores gerais, para as “políticas”, e em nome de si mesma, para as “judias”) entre os textos de forma literária: a eufemização e a objetificação no projeto literário da deportada política Charlotte Delbo, ao dar a palavra a uma multiplicidade de vozes, opõe-se, por exemplo, à de Anna Novac em seu diário.

Mas não é sem interesse constatar que, em vários casos, é difícil recuperar no relato o motivo oficial da deportação. Por exemplo, em três das quatro entrevistas realizadas com as combatentes da resistência⁴⁹, que também eram judias, estas já não conseguiam indicar com certeza a classificação a que tinham sido submetidos no campo, se entre as “políticas”, se as “judias”, ou ambos. Nestes três casos - trata-se de uma emigrante judia polaca, e de outra, austríaca, que se juntaram à “Résistance” na França, bem como de uma refugiada judia austríaca e detida na Bélgica – o judaísmo⁵⁰, embora conhecido das autoridades ou descoberto muito rapidamente após a prisão, não foi a causa direta.

No seu livro publicado em 1945, Louise Alcan, sem nunca elucidar este ponto, simplesmente relata ter sido suspeita, pela Gestapo, de ser judia. É apenas na reedição de 1980, e sob o choque do bombardeamento da sinagoga da rua Copernic, que esta mulher, “totalmente atea”, indica explicitamente as suas origens judaicas. No seu caso, assistimos a uma recusa política das classificações inerentes à política racial nazi, enquanto noutros casos se trata menos de uma recusa expressamente política do que da perturbação sentida individualmente face à imposição de uma classificação “racial” em que a condição de “judeu” não era forçosamente

vivenciada como tal ou, pelo menos, não era mais que um fato cultural ou religioso, ou seja, mais relevante como uma “prática” (sobre a qual a pessoa tem posição) do que como uma “essência” (sobre a qual não se pode fazer nada).

Assim, no relato de sua prisão, uma jovem de Lyon descreve esta situação como um conflito que tem, como objetivo, a força convincente de diferentes instrumentos de prova, desde a certidão de batismo até uma fisionomia típica ou o nome, para estabelecer a filiação cristã ou judaica: “Então, querendo nos prender definitivamente, decidiram que éramos judeus (era verdade, além disso), mas eles não tinham provas, porque meu pai, judeu de origem, era batizado desde o nascimento... Pediram então sua certidão de batismo, que papai procurou em vão... entrando no quarto da minha avó, pediram-lhe sua identidade... Os alemães acham este nome suspeito e adivinham prontamente... que éramos israelitas... Uma antiga fotografia de família estava sobre uma mesa. Os *Boches*⁵¹ se jogam sobre ela como se fosse uma presa, descobrindo que esses personagens eram inegavelmente de tipo semítico. Deve ser dito que eles sabiam muito sobre a ciência de detectar judeus de acordo com o seu tipo físico.” Podemos perceber bem, ao ler esta passagem, e apenas pela justaposição de “eles decidiram que éramos judeus” e “era verdade, além disso”, a ambiguidade de uma condição – tanto original como comprovada tardiamente, imposta autoritariamente e reivindicada, arbitrária e autêntica, artificial e natural, falsa e verdadeira – o que ao mesmo tempo representa uma causa de destruição física e um instrumento de diferenciação suplementar face aos algozes. Tal ambiguidade torna improvável, no mínimo, uma reivindicação clara, por parte do deportado, de uma condição portadora de tantas contradições.

Em noutros casos, tal como o de Margareta Glas-Larsson, nada na história pessoal induz uma ligação a qualquer judaísmo, exceto evidentemente a designação como tal pelos nazistas. Estas variações na identificação e na recusa de identificação com o motivo oficial da deportação sugerem que falar em nome de si mesmo, ao contrário do que se faz em nome de um valor geral, invoca diversas interpretações. Em primeiro lugar, se o fato de ter sido detida pelo que fez permite à vítima dar um significado geral ao sofrimento passado em nome de uma “causa”, por outro lado, fazer uso da palavra em nome de si poderia assinalar a impossibilidade da valoração de seu próprio destino. A palavra individual (ou individualista) aparece então negativamente como o último recurso para expressar suas queixas, por não poder ligá-las a uma referência mais geral.

Além disso, falar em nome de si mesmo pode destacar uma linha de conduta constante que resulta de uma recusa de classificação. Esta recusa pode aliás ser dupla. Vimos que os “judeus”, definidos como tais por uma lei baseada na suposta validade das “leis” de hereditariedade de Mendel, no caso das “raças humanas” (Pollak, 1985, p. 25 e seg.), recusavam na

maioria das vezes esta definição. A rejeição de se identificar, antes da deportação, com o que deveríamos ser, pode ser acrescida, no campo, à recusa de se identificar com a categoria dos presos judeus, na medida em que, neste caso específico e ao contrário de todas as outras categorias de deportados, o pertencimento e a solidariedade com o grupo não eram sinônimo de proteção, mas de ameaça de morte coletiva. Assim, as vítimas, tendo sempre rejeitado o critério que as tinha designado como tais, encontravam-se, após a sua libertação, na situação paradoxal em que o seu testemunho tendia a se incluir em uma causa que elas jamais tinham reconhecido como sua. Vemos aparecer ali uma dificuldade adicional do testemunho.

Por último, sabemos que a natureza dos crimes cometidos pelo regime nazista em nome de uma teoria racial tornou necessário, após a guerra, a incorporação à terminologia jurídica da noção de “crime contra a humanidade”. É esta dimensão, a mais geral que existe, da criminalidade que parece ecoar a rejeição, por certas vítimas dos campos de concentração, de toda classificação social e a afirmação de que a simples qualidade de ser humano é razão suficiente para viver e exigir respeito. A afirmação mais forte do valor individual acompanha o reconhecimento do grupo do mais amplo que se possa imaginar: a humanidade. O que aparece, à primeira vista, como uma palavra “em nome de si mesmo” da vítima mais isolada, da vítima no seu estado puro, é ao mesmo tempo o que abre caminho à identificação com uma humanidade “nua” e liberta de conflitos nacionais e religiosos, precisamente em nome da qual foi inventada a noção de “crime contra a humanidade”. Isto suscita, mais amplamente, a questão do vínculo entre a formação de memórias individuais e coletivas após a liberação.

A FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA

O trabalho de constituição de uma memória coletiva no quadro socializado de uma associação de deportados foi capaz de ajudar individualmente os sobreviventes a se libertarem, ao menos em parte, das suas recordações traumáticas. “Para que nossa memória se apoie nas dos outros, não é suficiente que nos tragam os seus testemunhos: ela não deve também deixar de se afinar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre uma e as outras para que a recordação que nos lembram possa ser reconstruída sobre uma base comum” (Halbwachs, 1968, p. 12). Maurice Halbwachs refere-se a este trabalho como uma “comunidade afetiva” que pode atenuar tudo o que, nas lembranças individuais, recordaria o isolamento e também os dolorosos conflitos entre os deportados que relatam as narrativas contadas logo após a guerra, tal como os traumas que podem provocar depois processos de recalçamento, ansiedade em relação aos outros e a recusa de contatos.

Podemos dar como exemplo esta entrevista com uma sobrevivente, presa em 1942, na linha de fronteira, aos 17 anos, com material de propaganda da *Résistance*. Em seu relato, algumas situações traumáticas são incorporadas numa narração de acontecimentos sem uma cronologia precisa, onde abunda a recordação da solidariedade de algumas francesas a quem se agarrou durante os dois anos de deportação. “O que permanece acima de tudo é esse medo, essa ansiedade.” Suas recordações de Ravensbrück, para onde foi transferida em agosto de 1944, são muito precisas. Ela havia escapado por pouco da seleção, e a recordação dessas circunstâncias foi reavivada nela por outras camaradas. Após seu retorno, com menos de 20 anos, ela teve que ficar mais de um ano e meio internada em um sanatório, e buscou esquecer, reprimir: “Quando voltei para casa, um pequeno município, todo mundo queria me ver, eu tive uma recepção incrível na estação. As pessoas vinham na minha casa, mas muitas vezes eu me escondia, porque não queria falar sobre isso. Ficamos tão traumatizados que não queríamos mais lembrar”. Depois do casamento com um camarada da Resistência, ele próprio deportado, de uma vida de trabalho e da educação de dois filhos, ela tem participado muito ativamente, depois de 1977, em diversas atividades educacionais nas escolas secundárias e no dia a dia da *Amicale*. A sua memória, pouco detalhada, é inseparável da memória coletiva que ela ajudou a criar: o seu “eu” de deportada funde-se com o “nós” das mulheres francesas deportadas e mais particularmente das que estavam no seu comboio.

Na França, não é surpreendente encontrar, entre as mulheres que se encarregaram do trabalho de testemunho e animação da *Amicale*, uma proporção significativa de sobreviventes do comboio de 24 de janeiro de 1943: Louise Alcan, Charlotte Delbo, Marie-Elisa Nordmann, Marie-Claude, Vaillant-Couturier, para citar apenas algumas. Este comboio, composto em sua maioria por combatentes da Resistência (dos 229 deportados, Charlotte Delbo conta 119 comunistas e simpatizantes, 12 gaullistas, 51 deportados por vários atos de resistência, 12 contrabandistas da linha de fronteira), foi o único comboio transportado sob a etiqueta “política” para o campo de mulheres de Auschwitz-Birkenau, da França. Além disso, estas deportadas políticas da Resistência foram confrontadas com o extermínio das judias. De acordo com uma infinidade de testemunhos, elas desempenharam um papel importante nas redes de apoio de resistência política. Tudo indica que, tal como algumas mulheres francesas deportadas antes delas, tal como Claudette Bloch, elas formaram a espinha dorsal de uma rede baseada na pertença nacional. Assim, Louise Alcan, Marie-Elisa Nordmann e Danièle Casanova também aparecem em outros relatos, seja como símbolos de esperança, seja como aquelas que conseguirão, com a ajuda das médicas francesas ou da lendária Mala, a “colocar” francesas na Raisko ou em outros lugares relativamente protegidos. Organizando, no seu regresso, reuniões anuais em Paris para se apoiarem mutuamente, estas mulheres do comboio de 24 de janeiro reúnem todos os elementos

susceptíveis de forjar de forma credível o núcleo daquelas que, uma vez superadas as fraquezas físicas e os traumas mais graves, contribuirá muito também para a formação de uma memória coletiva.

Na ausência de tal comunidade afetiva de deportadas – lugar de constituição de uma memória coletiva e de gestão de memórias individuais capazes de atenuar possíveis conflitos ou ressentimentos – o silêncio das vítimas pode proceder da necessidade de manutenção de laços sociais com as pessoas próximas e de se conformar às representações dominantes. Assim, o fato de ter sido condenada por “vergonha racial” – crime que, segundo a legislação de 1935, proibia as relações entre “arianos” e “judeus” – constitui um dos maiores obstáculos de que se ressentia Margareta Glas ao falar de si mesma (Glas-Larsson, 1981, p. 89). Por outro lado, de acordo com a sua consciência política e patriótica, aquelas do “comboio de 24 de janeiro” puderam, na França, contribuir poderosamente para este trabalho de construção e harmonização de um grupo único de vítimas que minimizam, ao contrário do exemplo alemão, a marca das classificações nazistas entre vítimas “raciais” de um lado e vítimas “políticas” do outro. Este trabalho só foi possível graças à referência fortemente constituída de um pertencimento nacional, o que falta entre os judeus em países marcados por um antissemitismo oficial – tal como é o caso de quase todos os países da Europa Central e do Leste antes, durante e (apesar de algumas mudanças) também depois da guerra. Não surpreende então que o relato que mais diverge deste “nós” fortemente constituído venha de uma imigrante judia polaca e deportada da França, que passou pela provação do campo confiando tanto em amizades juvenis com mulheres polonesas como em seus vínculos com as camaradas francesas.

Os fenômenos de concordâncias e de tensões entre memórias individuais e memória coletiva, no que diz respeito à deportação, tornam-se ainda mais evidentes quando comparamos as dez entrevistas obtidas na França e aquela realizada na Polônia com as cinco entrevistas recolhidas na Alemanha e na Áustria. As sete mulheres francesas que nos foram apresentadas pela *Amicale* eram todas, com uma exceção, mais hesitantes em falar sobre o “depois” e a sua readaptação à vida civil. Não se tratava então de uma recusa, mas de uma incompreensão quanto ao interesse que este relato poderia ter. Ao contrário, as entrevistadas da Alemanha e da Áustria nunca fizeram esta pergunta; e isto sem dúvida porque este assunto é, aos seus olhos, legítimo e sensato. Revelaram mais, então, das dificuldades causadas pela gestão individual das suas lembranças. Mas estas diferenças referem-se igualmente à importância das formas de reconhecimento político e jurídico das diferentes categorias de vítimas.

O TRABALHO DA MEMÓRIA

Vemos em ação, nos diferentes países, as lógicas perfeitamente contraditórias para redefinir, após a guerra, os grupos de vítimas. Na

França, as associações de deportados, que estabelecem ao mesmo tempo uma diferença entre os combatentes da “*Résistance*” e as outras vítimas políticas (judias e não judias), sempre serviram como porta-vozes de todos os deportados para defenderem os seus interesses sociais e seu estatuto político e moral de vítimas de um sistema desumano e estrangeiro. Esta unificação, esta homogeneização das vítimas se inscreve em uma tradição e uma realidade política que privilegia o pertencimento à nação como critério de identificação social das pessoas, em detrimento de outros pertencimentos, sobretudo religiosos. O mesmo se aplica aos deportados políticos poloneses. Na Alemanha, por outro lado, e, em menor grau, na Áustria, o trabalho de redefinição das diferentes vítimas foi mediado menos pelas associações de deportados (embora existentes) do que por meio de atos legislativos e administrativos, bem como por uma negociação internacional entre o Estado e os representantes dos interesses da comunidade judaica.

A oposição entre a França e a República Federal da Alemanha, que encontra as suas razões de existência em toda a história política e social dos dois países, revela em uma escala muito pequena a diversidade das situações a partir de um trabalho de enquadramento social das vítimas após a guerra. Não é necessário dizer que a emigração para Israel ou para os Estados Unidos implicou para cada vítima outras considerações e outras assistências. Sem poder firmar uma análise exaustiva, a comparação destas duas situações permite mostrar o efeito desta diversidade de condições, por um lado, na constituição de uma memória coletiva e, por outro, na identidade social de cada vítima tomada individualmente.

Na França, os ex-deportados passaram por centros de triagem onde lhes foram emitidos, com base em suas declarações, cartões provisórios de deportados. Alguns anos mais tarde, e para excluir os STO⁵² ou os pretensos deportados que se tinham registado nesta categoria, estes cartões foram trocados por um cartão azul de deportado político. Mais tarde ainda, as associações de deportados argumentaram que seria apropriado estabelecer uma distinção entre os deportados que tinham efetivamente pertencido a uma rede de resistência e aqueles que tinham sido deportados pelo simples fato de serem judeus, tendo esta distinção assumido a forma de um cartão cor-de-rosa para o deportado político. Esta medida teve consequências no cálculo das pensões, pois os deportados civis (não resistentes) receberam pensões de invalidez significativamente mais baixas, que só foram igualizadas em 1970.

Na Alemanha, os decretos aliados regulamentaram inicialmente a compensação material para as vítimas do nazismo, antes de serem substituídos, a partir de 1952, por diferentes leis federais e por um tratado celebrado entre a República Federal e organizações judaicas mundiais. Estas diversas leis reconhecem como vítima qualquer pessoa perseguida “por razões de oposição política ao nacional-socialismo ou por razões de raça, religião ou ideologia”. Mas a sua aplicação foi complicada pela

definição (territorial e de nacionalidade) de “detentores de direitos”, que incluía por este termo os fugitivos judeus do leste, as DPs (*displaced persons*/pessoas deslocadas), instalados em campos em abril de 1947 (entre duzentas e trezentas mil pessoas). Por outro lado, esta mesma legislação excluía qualquer “compensação a pessoas que não pareçam dignas dela, mesmo que o requerente reúna todas as condições” (Blessin, 1960, p. 33). Esta regra excluía da esfera de aplicação, naturalmente, todas as vítimas criminais, os associas e os homossexuais para os quais o nazismo apenas reforçara a legislação preexistente, mas também poderia se aplicar aos combatentes da Resistência em que a criminalização da política tinha sido classificada como parte da “lei comum”⁵³. Mas – muito mais importante – o acesso ao estatuto de beneficiário e às compensações também dependia dos critérios políticos da Guerra Fria. Assim, aqueles que resistiram ao nazismo, suspeitos de serem inimigos da “ordem liberal e democrática fundamental” definida pela Constituição de 1949, foram considerados indignos. Algumas vítimas do nazismo, consideradas depois da guerra tão criminosas como antes, não tiveram oportunidade de expressar as suas queixas individuais ou coletivas. As razões políticas do momento, nomeadamente a Guerra Fria, acabaram por justificar *a posteriori* a criminalização da política feita sob o Terceiro Reich, ao declarar algumas das suas vítimas indignas de qualquer compensação material e, mais ainda, de qualquer reconhecimento moral. Esta consideração e assistência às vítimas no quadro político de uma legislação que refletia, sobretudo, a preocupação com a continuidade jurídica da legalidade do Estado, resultou num duplo contra-efeito que culmina num reconhecimento indireto das categorias utilizadas pelos nazistas. Por um lado, de fato, as vítimas “raciais”, incluindo aquelas que sempre desafiaram esta classificação absurda, tiveram de reconhecer sua força social implacável. Por outro lado, a própria existência de certas vítimas políticas, tais como os ativistas comunistas, declarados, após a proibição do partido em 1956, como “inimigos da constituição liberal e democrática”, só poderia reforçar os preconceitos do alemão médio, acompanhante de trajetória dos nazis, reconvertido aos valores democráticos e anticomunistas: afinal, a repressão política do Terceiro Reich não poderia ter sido inteiramente desprovida de fundamento. Despolitizando, então, a memória da era nazista, os atores políticos renunciavam em grande parte ao trabalho de “reconciliação interna”, deixado, desde então, somente como um diálogo inter-religioso entre as igrejas católica, protestantes e as comunidades judaicas. Isto apenas confirma a importância, na Alemanha, do pertencimento religioso como critério de identidade social dos indivíduos, e condena a uma gestão individual da sua memória todos aqueles que não se reconhecem em tal classificação. Foi apenas sob os efeitos combinados, a partir de 1965, do fim da Guerra Fria e da mudança política interna na RFA⁵⁴, que um trabalho de reformulação destes problemas pôde se iniciar em uma escala maior.

O caso da Áustria situa-se entre os da França e da Alemanha. Dado que muitos dos fundadores da Segunda República austríaca, tanto de direita como de esquerda, foram deportados sob o nazismo, o tema da deportação e dos campos poderia facilmente ser assimilado à retórica política sem provocar a consciência culpada daqueles que aplaudiram, em 1938, à anexação do país pela Alemanha nazista. A “criação dos campos” de políticos conservadores e socialistas tinha, segundo esta retórica, ensinado aos deportados nos campos a necessidade de pensar a política em termos de compromisso, alianças e de negociação, e não em termos de confronto e guerra civil. Estes homens e mulheres que regressavam dos campos simbolizavam, por sua vez, a continuidade com a Primeira República, que tinha efetivamente terminado numa guerra civil em 1934, e a novidade do consenso tornado possível pela sua catarse concentracionária. Ao atribuir indiretamente a esta mesma geração política a responsabilidade pela guerra civil e pela autodestruição do país, mesmo antes do surgimento do perigo nazista na Áustria, esta operação retórica transformou a Áustria (e os austríacos) em vítima(s) de seus antigos líderes, que tiraram a sua nova legitimidade precisamente da sua capacidade de cooperação e harmonização de ideologias anteriormente descritas como irreduzíveis. De maneira simbólica, esta retórica permitiu uma reconciliação do país e dos seus dirigentes, reunidos em torno do mesmo objetivo e de um mesmo interesse: a reconstrução. Além disso, certos interesses de política exterior ajudaram (ou seja, a libertação dos ocupantes), esta retórica conseguiu convencer até antigos nazis da justiça da tese oficial, segundo a qual a Áustria teria sido a primeira vítima do nazismo. Embora em última análise encontremos muito poucos representantes dessa famosa “geração dos campos” em posições de comando, esta operação valorizou os deportados, sobretudo os políticos, ao mesmo tempo que proporcionou aos nazis menos expressivos a possibilidade de uma reconversão ideológica fácil e rápida. No contexto desta história geral, e embora as suas vidas cotidianas lhes expusessem igualmente a cenas que lhes lembravam que o passado jamais terminava, as deportadas austríacas entrevistadas mostraram menos ambivalência em relação ao seu país do que as alemãs.

O trabalho político de classificação das vítimas do nazismo, com ou sem associações de deportados, contribui para a formação de uma memória oficial que pode, no limite, privar certas vítimas de qualquer possibilidade de articular suas acusações, ou mesmo de tornar públicas as suas recordações. Um exemplo extremo é uma investigação de história oral realizada na Alemanha entre os sobreviventes homossexuais dos campos, e que testemunha tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, temiam comumente que a revelação da sua detenção pudesse provocar a denúncia, a demissão ou a rescisão de um contrato de aluguel (Lautmann, 1984, p. 156). Compreendemos, então, porque certas vítimas da máquina de repressão do Estado-SS – os criminosos, as

prostitutas, os “associais”, os vagabundos, os ciganos, os homossexuais – foram conscientemente evitados na maioria das “memórias enquadradas”⁵⁵, bem como na historiografia: a repressão a que foram submetidos já sendo por muito tempo reconhecida, de modo que a história oficial foi reticente em submeter a uma análise específica a intensificação mortífera dessa repressão sob o nazismo.

UM FATO IMENSURÁVEL

Luc Boltanski conseguiu mostrar que a denúncia de uma injustiça normalmente procede por meio de uma retórica que visa convencer e mobilizar outras pessoas para associá-las ao protesto, de tal forma que a violência que se segue à exposição seja proporcional à injustiça denunciada (Boltanski, 1984, p. 3). Para além dos registros socialmente instituídos e altamente formalizados (judiciais e científicos), a leitura dos diferentes testemunhos de deportados mostra que as vias de denúncia assim descritas parecem paradoxalmente fechadas. O terceiro registro oficial disponível, o da retórica política, já está, como vimos, fracamente representado no nosso *corpus*. Também os testemunhos mais pessoais quase não apresentam sinais de reivindicação, como se o motivo comum de uma denúncia, o restabelecimento da justiça, estivesse obviamente fora de alcance. Isso porque a memorização faz com que os deportados enfrentem um período de suas vidas que os colocou literalmente à parte de si mesmos, obrigando-os a se adaptarem ao universo concentracionário. A diferença que se estabelece quase inevitavelmente entre as condutas exigidas e a imagem que se tem de si mesmo pode causar dúvidas e crises identitárias, de identidade, de modo que toda denúncia individual do passado se torna particularmente difícil porque ela corre sempre o risco de ser acompanhada de sentimentos ambivalentes.

Finalmente, os únicos registros disponíveis para falar de um modo coerente sobre a experiência concentracionária – ou seja, o discurso judicial, político ou científico – permanecem obviamente incapazes de dar conta desta experiência na sua perspectiva pessoal, isto é, na medida em que ela atinge diretamente a identidade da pessoa. Restituindo necessariamente o passado de modo lacunar, estes registros não nos permitem realmente compreender as vítimas e todos os seus problemas. Considerando os danos e os traumas com os quais os sobreviventes são forçados a viver, qualquer tentativa de restabelecer a justiça permanece impotente. Assim, a experiência concentracionária é assim tão “indizível” porque não existe efetivamente qualquer possibilidade de restabelecer a justiça. E a necessidade de falar e a necessidade de se manter em silêncio podem coexistir porque faltam palavras adequadas e a linguagem cotidiana, com as suas fórmulas, tais como “estou morrendo de fome” ou “estou morrendo de cansaço”, podem aprofundar, sem qualquer intenção, um fosso intransponível entre os sobreviventes e os “outros”. Talvez seja aí

que intervêm o recurso ao registro literário, que opera não mais pelo modo da denúncia (restabelecimento da justiça), mas o de comunhão emocional (restabelecimento do vínculo com os “outros”) – daí, sem dúvida, o caráter bastante tardio da maioria das formas literárias nos relatos autobiográficos.

Se esta experiência é difícil de comunicar, é também por sua estranheza: é a ruptura com o passado e com o futuro que confere à experiência concentracionária o caráter de uma experiência fora do tempo e do espaço, especialmente mais difícil de dizer porque não há nada a que se associar para a tornar mais convincente; é também a estranheza dos comportamentos que pode reforçar as chances de sobrevivência, o que pode ser difícil de explicar fora de contexto; e é a dificuldade, enfim, de situar esta experiência com relação à moralidade atual. Os registos judiciais, científicos e políticos evitam certamente mencionar a parte dos traumas imputados às relações entre os deportados, que, ao mesmo tempo, se encontram com a necessidade de os gerir individualmente ou entre eles mesmos. Poderíamos nos perguntar se as manifestações concretas e a amplitude de certos traços característicos da “síndrome do sobrevivente”, constatados por psiquiatras e psicanalistas, não resultam da impossibilidade de se referir publicamente a certos traumas e de se compartilhar as lembranças⁵⁶ No mínimo, a dificuldade de comunicá-los pode reforçá-los ao ponto de lhes consolidarem para constituir uma síndrome específica⁵⁷: angústia de morte, fragilidade psicológica (e muitas vezes física), dureza nas relações humanas, tendência à desconfiança. Tanto no passado como nas recordações dos sobreviventes, a gênese desta síndrome se encontra na ausência de possibilidade de comunicação, devido à ausência de qualquer vontade de escuta por parte de outras pessoas.

Esta literatura revela também um sentimento de culpabilidade entre os sobreviventes, condensado em torno da mesma questão obsessiva: “por que eu e não os outros?”. No entanto, ainda mais do que outros aspectos da “síndrome do sobrevivente”, este sentimento de culpabilidade coloca um problema, pelo menos na sua formulação geral, o que sugere que pode aplicar-se a todos os sobreviventes, independentemente das suas experiências concretas, muito diversas, e das possibilidades sociais para gerir suas recordações que, como vimos, variam também significativamente. Na verdade, esta hipótese de sentimento de culpabilidade que, segundo a psicanálise, provocaria a sobrevivência numa situação extrema, demonstra sobretudo que a atenção exclusivamente psicológica prestada ao indivíduo tem como primeira consequência deixar o campo aberto ao julgamento moral. Parece, de facto, que a interpretação psicanalítica, que proclama um vínculo de causalidade entre a experiência concentracionária e o sentimento de culpabilidade, apenas exprime, em nível moral e individual, uma tensão que também pode ser explicitada no registro político, jurídico, científico ou literário. Falar de um “sentimento de culpabilidade”, longe de dar qualquer explicação, apenas desloca a experiência para um registro

particular, do qual é bastante oportuno perguntar-nos por que é que é adotado, por quem e em que momento. Por outras palavras, propomos tratar o chamado “sentimento de culpabilidade” – quer seja enunciado pelo deportado ou por alguém que interpreta o seu discurso – como um sintoma e não como uma causa, muito menos como uma categoria explicativa. Além disso, ao negligenciar o efeito específico do tempo decorrido, uma análise que liga diretamente esta ou aquela descoberta de um distúrbio psicológico às experiências concentracionárias subestima forçosamente a contribuição dos métodos de gestão das lembranças na constituição e fixação de tais distúrbios.

Medir, mesmo que apenas implicitamente, a experiência concentracionária com base na moralidade atual equivale a impor aos sobreviventes uma condição insuportável, ou seja, um comportamento continuamente heroico que permitisse a sobrevivência com dignidade. A mera expectativa de tal exigência torna extremamente difícil qualquer comunicação sobre a experiência concentracionária, uma vez que é muito improvável que aqueles que a escutam sejam capazes de se livrar de preceitos morais e de concepções de dignidade cujo caráter absoluto consiste em boa parte da eficácia convencional. As nossas entrevistas mostraram que foi ainda logo após a guerra que encontramos as melhores condições para a comunicação e a escuta, em um momento em que as lembranças vívidas das atrocidades e dos constrangimentos que podiam influenciar a moralidade das condutas ainda eram largamente compartilhadas. Posteriormente, os relatos dos deportados poderiam produzir um questionamento, dificilmente aceitável, das condições de validade dos valores tomados como inalienáveis. A diferença só poderia então se aprofundar entre os “sobreviventes”, com as suas lembranças, e os “outros”. Ora, não é precisamente esta diferença que tem contribuído para provocar um sentimento de culpabilidade em certos sobreviventes, na medida em que a discrepância entre a moralidade corrente e a experiência do sujeito influencia os critérios de julgamento das próprias ações e as dos outros?

Os grupos restritos de amigos formados por ex-deportados, ou as associações mais formais, tornam-se então os únicos lugares onde essas lembranças podem ser vivenciadas livremente. A possibilidade de se apoiar em tais vínculos de grupo é, portanto, de uma importância crucial para os deportados nos seus esforços para superar os traumas e para preservar o seu sentido de identidade. No entanto, parece que a maioria das teorias de sobrevivência – das quais a de Bruno Bettelheim e a de Terrence Des Pres representam os dois principais polos opostos de interpretação – têm se interessado essencialmente das condições de existência durante o período concentracionário.

AS TEORIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Os estudos sobre a experiência concentracionária e a sobrevivência em situações extremas são certamente o único exemplo em que a experiência pessoal do autor pôde desempenhar uma garantia principal, senão exclusiva, de sua credibilidade teórica. As primeiras interpretações provinham simultaneamente dos psicanalistas deportados Bruno Bettelheim e Erich Federn. Estas teorias ligam a sobrevivência em situação extrema à força que o internado consegue contrapor aos mecanismos de desintegração física e moral da sua personalidade. A base desta luta contra a desintegração é a mobilização dos valores positivos da vida contra a angústia de morte comum a todos os homens⁵⁸. Porém, segundo esta interpretação psicanalítica, a possibilidade de superação desta angústia da morte – anterior à qualquer resistência física, psicológica e moral – depende da capacidade do indivíduo de preservar os valores essenciais de seu sistema de autocontrole anterior. A manutenção da autonomia pessoal permite então “colocar uma certa distância entre si e a sua experiência, para melhor controlá-la” (Bettelheim, 1979, p. 91).

O que sustenta, portanto, a teoria psicanalítica de Bruno Bettelheim, e de outros depois dele, é o pressuposto de um indivíduo autônomo, concebido por sua vez como uma categoria descritiva para a psicologia do desenvolvimento e como um ideal de vida. Segundo esta teoria, inseparavelmente descritiva e prescritiva, o sujeito acessaria um estatuto de pessoa plena após um período de formação e amadurecimento de potencialidades, essencialmente espirituais, susceptíveis de proporcionar “autoestima” através da definição, autônoma e independente, do lugar que ele ocupa no mundo social. Esta autoestima seria a base de uma identidade segura, ou seja, a capacidade de um indivíduo permanecer o “mesmo” apesar das mudanças no seu ambiente social. É também dele que dependeria a resistência às condições concentracionárias (Bettelheim, 1979, p. 56 e seg.): para Bettelheim, só aqueles que conseguissem preservar este amor-próprio seriam capazes de suportar por muito tempo o tratamento infligido no campo. E é entre os presos políticos, os mais bem-preparados para a realidade que os esperava, que Bettelheim detecta mais recursos de resistência e, portanto, possibilidades de sobrevivência.

Mas se os diferentes relatos confirmam parcialmente esta análise, eles colocam em questão, no entanto, a validade geral da sua tese central, ou seja, a de que o recurso mais importante da sobrevivência seria a manutenção da autoestima e do amor-próprio, tornados possíveis por uma atitude rigorosa, sem trégua face aos carcereiros. Na verdade, atribuir principalmente a sobrevivência, sobretudo psicológica, ao rigor moral também induz a interpretar os transtornos pós-concentracionários em termos morais (daí a tese do sentimento de culpabilidade dos sobreviventes, apresentada pela primeira vez por Bruno Bettelheim e desenvolvida por Robert J. Lifton na descrição da síndrome do sobrevivente). No entanto, a comparação entre contextos nacionais diferentes sugere, como vimos, que as condições de comunicabilidade da experiência moldam a possibilidade,

por um lado, de superação de traumas e, por outro lado, de integração do passado à concepção que se tem de si mesmo, no sentimento de sua própria identidade.

Mais de trinta anos depois, com base em alguns depoimentos publicados por sobreviventes, Terrence Des Pres opôs a essas teorias que privilegiam o rigor moral como principal meio para a manutenção da integridade da personalidade, uma interpretação “sociobiológica”, segundo a qual as pulsões egoístas fundamentais e os laços de parentesco restritos constituíram os recursos para a sobrevivência individual ou de grupos restritos, parentais ou de amizade. Forçados a transgredir a maior parte dos tabus impostos pela civilização, os sobreviventes nos fariam lembrar, segundo Des Pres, dos valores e gestos primários e reprimidos pela nossa civilização mas que, por si só, garantem a permanência da espécie (Des Pres, 1976, p. 182-190). Em um universo sem instituições mediadoras, a sobrevivência resultaria da capacidade de adaptação rápida às circunstâncias em transformação permanente, portanto, da capacidade de recriar permanentemente novos laços sociais (Des Pres, 1976, p. 214-226), enquanto as concepções “morais” desempenhariam um papel insignificante. Os sobreviventes souberam assim aceitar o desafio dos constrangimentos extremos e se adaptaram às exigências deste universo, ou seja, se liberando dos princípios morais considerados universais. Ao contrário do sentimento de culpabilidade, constatado por psicanalistas e psiquiatras, Des Pres atribui aos sobreviventes uma qualidade específica, isto é, o fato de manter uma distância e um ceticismo em relação aos cânones da moralidade vigente. Por consequência, os sobreviventes são, segundo Des Pres, os precursores de uma nova moral, prática e modesta, orientada para a sobrevivência da espécie, rompendo também com os valores da nossa civilização. Traduzindo-se pela busca da grandeza individual e coletiva, esses valores da nossa civilização – que, segundo Bettelheim, permitiram justamente a sobrevivência com dignidade – expressam, segundo Des Pres, um espírito de dominação da natureza e de outros que conduzirá inevitavelmente à destruição da espécie.

O resultado é uma oposição irreduzível, Des Pres criticando Bettelheim por querer justificar uma concepção particular de um eu intelectualmente autônomo e completamente independente (Des Pres, 1976, p. 188), e Bettelheim criticando Des Pres por apresentar “os sobreviventes como seres excepcionais, superiores, por causa de suas experiências nos campos de extermínio... Ele transforma esses sobreviventes em heróis por sorte” (Bettelheim, 1979, p. 123-124).

Des Pres se pergunta se teorias como a de Bettelheim não refletem sobretudo uma experiência singular, o que levaria a justificar a categoria de deportados políticos a qual o próprio Bettelheim pertencia. Mas ele se omite de submeter o seu próprio *corpus* de testemunhos – uma amostra por definição espontânea – a um questionamento similar. Temos então o direito de nos perguntar se esta oposição teórica entre interpretação

“psicológica” e interpretação “sociobiológica” não é apenas irreduzível como carece de qualquer reflexão sobre os métodos e materiais empíricos que permitiram a construção de tais interpretações. Esta impressão é ainda reforçada, em ambos os casos, pelo recurso, quase sob a forma de uma profissão de fé, à visão de mundo do autor, à sua concepção filosófica e antropológica como última instância do discurso teórico. Assim, Bruno Bettelheim deriva a sua teoria de uma tese pessoal, postulando uma angústia universal da morte que seria contida pelos valores da nossa civilização, permitindo-nos “suavizá-la com uma fé sólida em uma vida futura”. Quanto a Terrence Des Pres, seu livro conduz a um verdadeiro acerto de contas com as tradições intelectuais ocidentais que dão origem a suas concepções (Des Pres, 1976, p. 190). Segundo ele, uma teoria que mede a sobrevivência pela manutenção de valores superiores e que condena ao sentimento de culpa todos aqueles cuja conduta não foi adequada, faz parte de uma tradição filosófica que leva à negação da vida como valor em si. Assim, a polêmica contribui para a explicitação dos pontos de vista e dos efeitos performativos de cada uma das teorias: em Bettelheim, a argumentação, presente em todos os seus livros, por uma pedagogia que reforce a autonomia e a força de resistência do indivíduo contra as formas de dominação em uma sociedade de massas; em Des Pres, a estilização da vítima como herói dos tempos modernos e a valorização da vida pela vida. Ao humanismo tradicional, herdeiro da tradição filosófica ocidental, se opõe então um novo humanismo que, em nome da preservação da espécie e apoiando-se na imagem do anti-herói, ataca o individualismo heroico elitista, esta encarnação dos valores ocidentais que também produziu Auschwitz.

Uma análise das diferentes formas de testemunhos dos sobreviventes não nos permite resolver este debate a favor de uma ou outra destas abordagens teóricas. A única tentativa, bastante limitada, de obter conclusões quantificadas, conduzida por sociólogos e psicólogos sociais em torno de Paul F. Lazarsfeld, sugere correlações menos evidentes do que Bettelheim entre categorias de deportados e comportamentos, e confirma igualmente a importância de certos fatores destacados por Des Pres, sem permitir uma interpretação suficientemente definitiva para chegar a uma espécie de “tipo ideal” de sobrevivente.

De acordo com o estudo sociográfico apresentado anteriormente, a formação da vontade de sobreviver é um processo que se inicia antes da deportação, dependendo do grau de informação e antecipação relativos ao campo de extermínio. Em primeiro lugar, esta vontade de sobreviver exprime-se na recusa do suicídio, bastante frequente no momento da designação dos comboios e durante os comboios. Ao contrário, os casos de suicídio nos campos são raramente reportados (Goldstein; Lukoff; Strauss, [1949-1951], p. 145-146)⁵⁹. No campo, esta vontade se traduz em tentativas de serem designados para tarefas menos árduas. O próprio termo “sobreviver” é frequentemente utilizado no campo para se referir

à ocupação de tais posições, mas sobretudo pelo fato de se encontrar em situações relativamente previsíveis (Goldstein; Lukoff; Strauss, [1949-1951], p. 33). No entanto, tratando-se de um campo de extermínio, toda análise das relações sociais que nele se puderam estabelecer deve ter em conta que, em um contexto de extermínio de número elevado (por gás ou por trabalho), o número de prisioneiros que ocupam os cargos mais protegidos era muito pequeno: 1 a 2% dos presos pertenciam à “camada superior” (os mais seniores de campo, os mais seniores do bloco, os médicos) e 10% à “camada intermediária” (as posições administrativas) (Adler, 1960, p. 225; Rousset, 1946, p. 158-162) – o acesso a esses cargos é, na maioria das vezes, atribuído a relações privilegiadas com outros internos que influenciam a distribuição do trabalho; para algumas raras profissões muito especializadas (médicos, enfermeiros, mecânicos), é a competência formal que é invocada, embora por vezes, mas raramente, são mencionadas nas entrevistas certas técnicas de sedução, desde pequenos presentes (tricotar roupas de lã para os guardas), ou observação de comportamentos exemplares no trabalho, até chantagens ou ofertas homossexuais (Rousset, 1946, p. 41). O acesso às tarefas mais desejáveis é, portanto, uma função das relações com os detidos melhor posicionados, geralmente pertencentes à mesma comunidade (nacional e linguística). A cooperação e o apoio mútuo ocorrem em pequenos grupos bem definidos que dificilmente atravessam as fronteiras entre diferentes nacionalidades e que muitas vezes dependem de relações familiares e de origens locais comuns. Os atos de apoio ou ajuda além dessas fronteiras provêm na maioria das vezes de indivíduos e grupos mais privilegiados (de não judeus a judeus, de trabalhadores civis a deportados que trabalham em fábricas) (Rousset, 1946, p. 58-59). Além da posição e do trabalho adquiridos no campo, a sobrevivência é atribuída ao roubo de comida, ao tempo passado no hospital do campo e às técnicas de apresentação de si durante as seleções – como reavivar a expressão facial apertando as bochechas – bem como, excepcionalmente, às relações homossexuais (Rousset, 1946, p. 128 e seg). As crenças religiosas e políticas quase nunca aparecem nessas entrevistas como fator de sobrevivência.

Assim, a análise sociográfica, por evidenciar as regularidades de certos comportamentos no universo concentracionário, destaca sobretudo o seu condicionamento estrutural – de modo que a visão sociológica se presta menos do que a abordagem psicológica a uma leitura sob um ângulo moral; e, ao contrário da abordagem sociobiológica, igualmente releva a importância, em certos casos, da socialização pré-concentracinária, bem como do pertencimento a grupos constituídos, políticos ou nacionais.

Nosso material mostra, em última análise, que podemos manter como complementares as hipóteses que o jogo de oposições teóricas entre psicanálise e sociobiologia tende a polarizar. Estas duas teorias, tão unilaterais, constituem de fato os dois polos extremos do campo da experiência concentracionária, entre os quais podem ocorrer todos os tipos

de posições intermédias – e, muitas vezes, contraditórias –, em função das configurações concretas que dependem amplamente dos diferentes tipos de recursos do indivíduo, e de seu acesso a certos vínculos sociais que modelam a sua identidade. No entanto, estes recursos são igualmente a obra, como acabamos de ver, da própria forma dos testemunhos, cuja análise surge assim como um pré-requisito indispensável a toda interpretação que se recuse a ocultar, por uma vontade de teorização unilateral, a realidade das condições de adaptação a uma experiência propriamente social e, portanto, múltipla.

Esta pesquisa sobre uma experiência-limite também nos lembra como é difícil a manutenção da continuidade e da coerência, tanto para um indivíduo como para um grupo. Porque tal como a ordem social – este precário equilíbrio de forças – resulta de um trabalho de negociação e de compromisso, também a ordem mental, igualmente frágil, é fruto de um trabalho permanente de gestão da identidade que consiste em interpretar, ordenar ou reprimir (temporariamente ou definitivamente) toda experiência vivida de modo a torná-la coerente com as experiências passadas e também com as concepções de si mesmo e do mundo que as moldaram: trata-se, numa palavra, de integrar o presente no passado. É este trabalho permanente que está na base do *habitus*, graças ao qual a pessoa aparece dotada de continuidade e coerência.

Assim, ao dar conta dos problemas identitários fundamentais e de seu possível controle, a análise da experiência concentracionária atesta até que ponto, segundo a formulação de Max Weber, “a identidade nunca é, de um ponto de vista sociológico, mais do que um estado de coisas simplesmente relativo e flutuante” (Weber, 1965) – e até que ponto os indivíduos, na medida em que são o produto de uma construção social, são igualmente uma construção de si mesmos.

REFERÊNCIAS

ABADA, Roger. L'Organisation. In: AMICALE DES DÉPORTÉS D'AUSCHWITZ. **Témoignages sur Auschwitz**. Paris: Cercle D'étude de la Déportation et de la Shoah, 1946, p. 211.

ADELSBERGER, Lucie. **Auschwitz**: ein Tatsachenbericht. Berlin: Lettner, 1956.

ADLER, Hans Günther. Selbstverwaltung und Widerstand in den Konzentrationslagern der SS. **Vierteljahreshefte für Zeit- geschichte**, [s. l.], v. 2, p. 221- 236, 1960.

ALCAN, Louise. **Le temps écartelé**. Paris: ST Jean de Maurienne, 1980.

ALCAN, Louise. **Sans armes et sans bagages**. Limoges: Les Imprimés d'art, 1945.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Études de sociologie de la déviance**.

Paris: A. M. Métailié, 1985.

BIRNBAUM, Suzanne. **Une Française juive est revenue**. Paris: Editions du Livre Français, 1945.

BLAU, Bruno. The Jewish Population of Germany, 1939-1945. **Jewish Social Studies**, [s. l.], v. XII, n. 2, p. 191-172, 1950.

BLESSIN, Georg. **Wiederguimachung**. [S. l.]: Hohwacht, 1960.

BOLTANSKI, Luc. La dénonciation. **Actes de la recherche en sciences sociales**, [s. l.], v. 51, p. 3-40, 1984.

BOTZ, Gerhard; POLLAK, Michel. Survivre dans un camp de concentration. **Actes de la recherche en sciences sociales**, [s. l.], v. 41, p. 3, fév. 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques**. Paris: Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Les sens pratique**. Paris: Éd. de Minuit, 1980.

BRUCK, Edith. **Wer Dich so liebt**. Francfort: Scheffler, 1961.

CATANI, Maurizio; MAZÉ, Tante Suzanne. **Une histoire de vie sociale**. Paris: Les Méridiens, 1982.

CZECH, Danuta. **Kalendarium der Ereignisse im Konzentrationslager Auschwitz-Birkenau**, Hefte von Auschwitz, 1-8, Auschwitz, 1959-1964.

DELBO, Charlotte. **Aucun de nous ne reviendra**. Genève: Gonthier, 1965a.

DELBO, Charlotte. **Le convoi du 24 janvier**. Paris: Éditions de Minuit, 1965b.

DES PRES, Terrence. **The Survivor: Anatomy of Life in the Death Camps**. New York: Washington Square Press, 1976.

ELIAS, Norbert. Problems of Involvement and Detachment. **The British Journal of Sociology**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 226-252, 1956.

FEDERN, Ernest. The Terror as a System: The Concentration Camp. **Psychiatric Quarterly Supplement**, [s. l.], v. 22, p. 52-86, 1948.

FÉNÉLON, Fania. **Sursis pour l'orchestre**. Paris: Stock, 1976.

FERRAROTTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Méridiens, 1983.

FRANKL, Viktor E. **Mens Search for Meaning**. Boston: Beacon Press, 1962.

GOLDSTEIN, Jacob; LUKOTFF, Irving Faber; STRAUSS, Herbert Arthur. **An Analysis of Autobiographical Accounts of Concentration Camp Experiences of Hungarian Jewish Survivors**. Project MH - 213, 1949-1951. New York: New School for Social Research,

1950-1951.

HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective**. Paris: PUF, 1968.

HALPERIN, Irving. **Messengers from the Death**: literature of the Holocaust. Philadelphia: Westminster Press, 1970.

HART, Kitty. **Aber ich lebe**. Hambourg: Claasen, 1961.

JACOBMEYER, Wolfgang. "Jüdische Überlebende Als 'Displaced Persons'." Untersuchungen Zur Besatzungspolitik in Den Deutschen Westzonen Und Zur Zuwanderung Osteuropäischer Juden 1945-1947. **Geschichte Und Gesellschaft**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 421-452, 1983.

KOGON, Eugen; LANGBEIN, Hermann; RUCKERL, Adalbert. **Nationalsozialistische Massentötungen durch Giftgas**: eine Dokumentation. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1983.

KOGON, Eugen. **Der SS Staat. Das System der deutschen Konzentrationslager**. Berlin:Verlag des Druckhauses Tempelhof, 1947.

KOHLI, Martin. Wie es zur "biographischen Methode' kam und was daraus geworden ist. Ein Kapitel in der Geschichte der Sozialforschung. **Zeitschrift für Soziologie**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 273-293, Jul. 1981.

LANGBEIN, Hermann. **Menschen in Auschwitz**. Wien: Europaverl, 1972.

LANGBEIN, Hermann. **nicht wie die Schafe zur Schlachtbank**: Widerstand in den nationalsozialistischen Konzentrationslagern. Frankfurt: Fischer, 1980.

LANGER, Lawrence L. **Versions of Survival**. Albany: State University of York Press, 1982.

LANGER, Lawrence. **The Holocaust and the Literary Imagination**. New Haven: Yale University Press, 1975.

LAUTMANN, Rüdiger. **Der Zwang zur Tugend**. Francfort: Suhrkamp, 1984.

LEJEUNE, Philippe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Le Seuil, 1975.

LENGYEL, Olga. **Souvenirs de l'au-delà**. Paris: Éditions du Bateau Ivre, 1946.

LEWINSKA, Pelagia. **Vingt mois à Auschwitz**. Paris: Nagel, 1945.

LIFTON, Robert Jay. **Death in Life**. New York: Simon and Schuster, 1967.

LINGENS-REINER, Ella. **Prisoners of Fear**. Londres: Victor Gallancz, 1948.

MICHEL, Pollak. Interpréter et définir: Droit et expertise scientifique dans la politique raciale nazie. **Le Discours psychanalytique**, [s. l.], v.

25, p. 25, 1985.

NAMER, Gérard. **La commémoration en France, 1944-1982**. Paris: Papyrus, 1983.

NOVAC, Anna. **Les beaux Jours de ma jeunesse**. Paris: Julliard, 1968.

NOVICH, Miriam. **Le passage des barbares**. Paris: Temps Présent, 1980.

OURISSON, Dounia. **Les secrets du Bureau Politique d'Auschwitz**. Paris: Editions de l'Amicale des déportés d'Auschwitz, 1946.

PASSERINI, Luisa. Work Ideology and Consensus under Italian Fascism. **History Workshop Journal**, London, v. 8, n. 1, p. 82-108, 1979.

PAWELCZYNSKA, Anna. **Values and violence in Auschwitz: a sociological analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979.

PERL, Gisella. **I was a doctor in ue**. New York: International Universities Press, 1948.

POZNER, Vladimir. **Descente aux enfers: Récits de déportés et de SS d'Auschwitz**. Paris: Julliard, 1980.

RAVINE. Masha. **Le mouvement de résistance dans le camp de femmes de Birkenau**. Manuscript, [s. l.: s. n.], 1975.

RICHARTZ, M. Zur Frage der wesentlichen: Mitverursachung schizophrener Psychosen durch verfolgungsbedingte Extremlastungen. In: CONGRÈS MÉDICAL INTERNATIONAL DE LA FIR, 6, Prague 1976. **Anais [...]**. Prague: FIR, 1976.

ROUSSET, David. **L'univers concentrationnaire**. Paris: Éd. du Pavois, 1946.

ROUSSO, Henry. Vichy, Le grand fossé. **Vingtième Siècle Revue D'histoire**, [s. l.], v. 1, p. 55-79, 1985.

RÜCKERL, Adalbert. **Les chambres à gaz: Secret d'État**. Paris: Ed. De Minuit, 1983.

SALUS, Grete. **Eine Frau erzähit**. Bono Schriftenreihe der Bundeszentrale für Heimatdienst. [S. l.]: Heft 36, 1958.

SAVERIA, Jacqueline. **Ni sains ni saufs**. Paris: R. Laffont, 1954.

SCHREIBER, Marianne. **La passion de Myriam Bloch**. Paris: Fasquelle, 1947.

TILLION, Germaine. **Ravensbrück**. Collection L'histoire immédiate. Paris: Seuil, 1973.

WEBER, Max. **Essais sur la théorie de la science**. Paris: Plon, 1965.

WEISS, Reska. **Journey through Hell**. Londres: Mitchell, 1961.

WORMSER, Olga. Préface. In: ZYWULSKA, Krystyna. **J'ai survécu à**

Auschwitz. Varsovie: Polonia, 1956, p. 8

ZACHARIA-ASSEO. Estrea. **Les souvenirs d'une rescapée.** Paris: La Pensée Universelle, 1974.

ZAREBINSKA-BRONIEWSKA, Maria. **Auschwitz Erzählungen.** Berlin: VVN, 1949.

ZYWULSKA, Krystyna. **Jai survécu à Auschwitz.** Varsovie: Polonia, 1956.

NOTAS

- ¹ Pesquisa realizada para a *Mission Recherche-Expérimentation* (MIRE) do Ministério de Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional. A versão em francês foi publicada originalmente sob o título: *Le témoignage*. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 62-63, juin 1986. L'illusion biographique. p. 3-29. Doi: <https://doi.org/10.3406/arss.1986.2314>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1986_num_62_1_2314. Agradecemos a Nathalie Heinich e à revista por terem autorizado a tradução do artigo. A tradução foi realizada por Carlos Guilherme do Valle e Julie Cavignac. A revisão de língua portuguesa foi feita por Márcio Simões. A conversão e revisão ABNT foi feita por Daniela Cândido da Silva.
- ² N.d.T.: Preferimos manter o termo “experiência concentracionária” porque os autores a empregam, referindo-se à vivência ou experiência em um campo de concentração nazista. “Concentracionário” pode também ser adjetivado, por exemplo, como “período” ou “universo concentracionário”, o que nos parece ter sido a categoria inspiradora para os autores, pois o termo intitula livro de David Rousset, publicado em 1946 e citado no artigo. Do mesmo modo, valeria lembrar o livro publicado anos depois por Michael Pollak, “L’Expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l’identité sociale” (Éditions Métailié, 1990).
- ³ Esse aspecto da adequação entre objeto e método parece ser subestimado por Maurizio Catani e Suzanne Mazé; o que Howard S. Becker diz sobre as dificuldades de estudar “desviantes” se aplica de forma mais geral à qualquer população com contornos “fluidos” e de difícil acesso. Há tradução do livro de Howard S. Becker em português: *Outsiders*. Estudos de Sociologia do Desvio. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.
- ⁴ Martin Kohli analisou os destaques dos métodos biográficos nas ciências sociais; a história oral recuperou o método biográfico nos últimos anos, bem como retomou certos problemas levantados na sociologia nas décadas de 1920 e 1930.
- ⁵ Para essa comparação sistemática de diferentes *corpus* de testemunho e as interpretações que eles permitem, analisamos: os depoimentos judiciais, bem como aqueles coletados por uma comissão histórica sobre o campo de Auschwitz-Birkenau, mantidos nos arquivos do Centro de documentação judaica contemporânea (CDJC) e do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP); os escritos autobiográficos de sobreviventes do campo feminino de Auschwitz-Birkenau, em inglês, francês e alemão; as entrevistas de história de vida também realizadas com sobreviventes do mesmo campo. Cada um

desses tipos de testemunho é direcionado a públicos diferentes e provém de contextos específicos.

- ⁶N.d.T.: “Prise de parole” pode significar, em português uma tomada de posição pública por meio da linguagem, oral ou textual. No caso do artigo, o uso frequente do termo “prise de parole” tem a dupla dimensão de se remeter a testemunhos escritos (documentos e/ou relatos autobiográficos) e também aos testemunhos orais, tal como as entrevistas realizadas pelo pesquisador. Ambos os meios, o escrito e o oral, supõem tornar pública a posição de alguém, seu ponto de vista, por meio da linguagem, muitas vezes instituída em depoimentos e processos judiciais, mas também em situações coletivas de compartilhamento de experiência ou pela veiculação escrita, editorial ou não, de uma biografia e/ou autobiografia.
- ⁷ Igualmente restritivo é Benzion Dinur, um dos editores da série do Instituto Yad Washem, que diz que a objetividade de cada testemunho que constrói o passado a partir do presente deve ser examinada com cuidado (Langer, 1982, p. 3).
- ⁸ No mesmo caso, até mesmo uma historiografia comprometida que “acredita que nada, nem o tempo, nem as reparações, nem as cerimônias expiatórias, podem apagar os crimes indescritíveis perpetrados pelos alemães”, não escapa totalmente desse efeito de distanciamento que opera a construção científica, na medida em que é forçada a submeter os fatos narrados e a fala dos sobreviventes à mesma dúvida metódica que qualquer outra fonte (consultar o prefácio de Georges Wellers à obra de Miriam Novitch de 1980).
- ⁹ N.d.T.: Na linguagem inglesa, DP abrevia o termo “displaced persons”, termo que o autor recorre, por seu uso depois da 2ª Guerra, para se referir aos judeus deslocados de modo forçado para os países onde se encontravam campos de concentração (sobretudo Polônia e Alemanha). Nesse sentido, eram “campos de refugiados”.
- ¹⁰ No final da guerra, havia 50.000 judeus sobreviventes no território do antigo Reich alemão, dos quais 20.000 morreram nas primeiras semanas após sua libertação. Aos cerca de 10.000 judeus alemães que sobreviveram juntaram-se, entre 1946 e 1947, mais de 110.000 judeus da Europa Oriental, a maioria dos quais vivia em campos de refugiados específicos. Quase todas essas “pessoas deslocadas” (*displaced persons*) optaram por imigrar para Israel ou para os Estados Unidos.
- ¹¹ Cf. Langbein (1972, p. 70); Kogon e Langbein (1983); Rückerl (1983, p. 176 e seg.); e Langer (1982, p. 54).
- ¹² O “julgamento de Marcel Paul”, que ocorreu em 1985, é certamente um exemplo-limite, na medida em que colocou Laurent Wetzel, um jovem conselheiro municipal do partido *Centre des démocrates sociaux* (CDS) nascido depois de 1945, contra os líderes da *Association française de Buchenwald-Dora*. O objetivo do processo de difamação era examinar a validade da acusação de Laurent Wetzel de que Marcel Paul, falecido em 1982, havia usado sua posição no campo para favorecer seus companheiros de partido. Esse julgamento é um caso-limite da escala que uma disputa pode tomar e dos mal-entendidos que ela pode provocar, uma vez que os fatos não são mais colocados no contexto de uma situação excepcional, com suas próprias regras morais. Nesse sentido, um julgamento desse tipo revela, acima de tudo, os motivos pelos quais as vítimas geralmente permanecem em silêncio.

- ¹³ N.d.T.: O termo “kapo” designa o prisioneiro de um campo de concentração que atuava como “capataz” do sistema concentracionário nazista. Desse modo, vários judeus foram *kapos*, o que lhes colocava em uma situação ambígua e moralmente comprometedor, pois seguiam as ordens dos SS nazistas e, assim, atuavam na experiência de sofrimento e perseguição a outros judeus aprisionados.
- ¹⁴ N.d.T.: O termo liberação pode ter tanto o sentido de “liberação dos campos” como, entre os franceses, que usam o termo *Libération* (Libertação da França) designa o final da Segunda Guerra Mundial, com a tomada progressiva pelos Aliados das regiões da França ocupadas desde 1940 pelo exército das Potências do Eixo. É o período entre o dia 6 de jun. de 1944, momento em que as forças aliadas invadiram a Normandia, também chamado de Dia D., e o 8 de maio de 1945, data da capitulação alemã que marca o fim Segunda Guerra Mundial na Europa.
- ¹⁵ Essa análise das formas de testemunho baseia-se nas regras da economia das trocas linguísticas destacadas por Pierre Bourdieu (1982, p. 14-15).
- ¹⁶ Várias contribuições para o *V Colloque d'histoire orale* sugeriram essas direções, em especial as de Mary Chamberlain e Régine Robin (Actes du 5e Colloque international d'histoire orale, Barcelona, 29-31 de março de 1985).
- ¹⁷ Veja os protocolos dos vários julgamentos e, no que diz respeito a esta pesquisa, os do julgamento de Frankfurt contra os responsáveis pelo campo de Auschwitz, bem como os depoimentos tomados antes desse julgamento pela *Zentralstelle der Landesjustizverwaltungen* em Ludwigsburg, especializada na investigação de crimes de guerra na Alemanha. As cópias estão disponíveis em Paris no *Centre de documentation juive et contemporaine* (CDJC), dossiê CCCLXI.
- ¹⁸ N.d.T.: SS significa *Schutzstaffel*, organização policial e militar criada na Alemanha de Weimar em 1925 que ganhou força a partir de 1933 e deu origem ao partido nazi; foi dissolvida em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa.
- ¹⁹ Ao arquivo CCCLXI dos arquivos do CDJC somam-se aqui aqueles que foram recolhidos pela Comissão de História da Segunda Guerra Mundial e que estão armazenados no Instituto de História do Tempo Presente, DII.
- ²⁰ Poderíamos agrupar entre estes testemunhos os de O. Elina (DII - 570), de G. Goldsmith (DII, sem número), de D. Ourisson (DII - 18), de D. Goldstein (DII - 23) ou de S. Fischmann (CDJC, CCCLXI - 2).
- ²¹ D. Ourisson, DI - 18, p. 24.
- ²² P. Citronne, DII - 320.
- ²³ L. Kindberg, DII - 28, p. 8.
- ²⁴ A. Posner, DII - 312, p. 9.
- ²⁵ A. Roure, DI - 7, p. 4.
- ²⁶ A. Hautval, *Aperçu sur les expériences faites dans le camp de femmes d'Auschwitz et de Ravensbrück*, DU - 37; O. Wolken, *Frauen- und Kinderschicksale im Konzentrationslager Auschwitz*, CDJC, CCCLXI - 6 ; J. Kosciuszko, *Das Schicksal der Kinder im Konzentrationslager Auschwitz*, CDJC, CCCLXI - 34 ; sobre Raisko, ver C. J. Bloch, DU - 110.
- ²⁷ Mme Herzog, DII - 541.
- ²⁸ C. Kalb, DI - 114.
- ²⁹ S. Laks, DII - 376.
- ³⁰ Mme Kroll, DII - 586.

³¹ A. Persitz, DIT - 34.

³² Gostaria de agradecer ao professor Herbert Strauss, da Universidade Técnica de Berlim, por me disponibilizar o relatório final que nunca foi publicado: J. Goldstein; I. F. Lukotff; H. Strauss. *An Analysis of Autobiographical Accounts of Concentration Camp Experiences of Hungarian Jewish Survivors*, Project MH - 213, 1949-1951, Graduate Faculty, New School for Social Research, Relatório apresentado ao Serviço de Saúde Pública dos EUA. Essa pesquisa também foi apoiada pela *Conference on Jewish Relations*. Este relatório resulta das discussões de um comitê formado por Salo W. Baron, Robert K. Merton, Joseph Blau, Ernst Kris, Paul F. Lazarsfeld, Ruth Benedict, Gardner Murphy, Koppel S. Pinson, bem como da análise estatística de 507 entrevistas da Jewish Agency em Budapeste, codificadas e analisadas como parte de um seminário de metodologia sob a direção de Patricia Kendall. As entrevistas analisadas faziam parte de um conjunto de 14.000 entrevistas conduzidas pelo American Jewish Joint Distribution Committee com todos os que buscaram sua ajuda a partir da liberação dos campos. Como essa tarefa se tornou muito complicada, decidiu-se posteriormente entrevistar apenas "pessoas de interesse particular", como os líderes da comunidade judaica (pág. 2 do relatório).

³³ Dos dois textos inéditos que nos foram confiados, um tinha sido planejado para publicação sem encontrar uma editora e o outro foi o resultado de uma decisão solitária sem intenção de publicação. Na época, o objetivo era registrar experiências traumáticas imediatamente após o retorno dos campos de concentração, a fim de superá-las. A dupla restrição a mulheres e a narrativas escritas em apenas três idiomas (francês, alemão e inglês) decorre da necessidade de limitar o material de acordo com nosso conhecimento linguístico, mas também de acordo com nossa capacidade de trabalho. O tempo necessário para uma análise detalhada do conteúdo, abrangendo as características dos autores, as informações, o estilo e os modos de enunciação, não nos permitiu estender nossa análise além da comunidade de um determinado campo. No entanto, a diversidade de formas autobiográficas observadas, que vão de testemunhos políticos a relatos ficcionais e peças de teatro, parecem justificar cientificamente uma escolha feita inicialmente com base em restrições puramente materiais. Construímos nosso *corpus* graças às coleções das bibliotecas do *Centre de documentation juive et contemporaine* e do *Institut d'histoire du temps présent*, às quais gostaríamos de agradecer.

³⁴ N. d.T.: Alguns campos de concentração nazistas tinham orquestras formadas basicamente por músicos judeus.

³⁵ Para o conceito de silêncio estruturado, consulte Paserini (1979).

³⁶ N.d.T.: *Amicale des déportés d'Auschwitz* foi uma associação criada em 1945 para reunir e ajudar os sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau e dos campos da Alta Silésia. Desde então, diversas outras associações/amicales de sobreviventes foram sendo organizadas.

³⁷ Das dezesseis entrevistas, dez foram conduzidas por Michael Pollak, na França e na Alemanha, quatro por Rebecca Hopfner na Áustria e na Polônia, uma outra por Gerhard Botz, com a ajuda de Anton Pleimer e Harold Wildfeliner; a última foi conduzida como parte de um seminário no Instituto de História da Universidade de Salzburgo.

³⁸ N.d.T.: No final de 1978, o professor de literatura francesa Robert Faurisson publicou cartas, no respeitado jornal *Le Monde*, cujo teor negava o Holocausto

e o uso de câmaras de gás por parte dos nazistas na 2ª Guerra Mundial. Isso gerou uma forte reação pública e uma rejeição imediata no meio intelectual francês. Por diversas ocasiões, Faurisson foi incriminado e preso por seu negacionismo do Holocausto e seu incentivo ao ódio étnico-religioso contra judeus. Assim, Pollak e Heinich estão se referindo a esse contexto final da década de 1970 e início dos 1980, em que controvérsias sobre a negação do Holocausto tornaram-se mais presentes, e cuja repercussão ainda se verifica no século XXI. Foi o período também que realizaram a pesquisa que resultou no artigo aqui traduzido.

³⁹ O fato de uma mesma pessoa escrever suas próprias memórias em diferentes momentos de sua vida invalida tal hipótese. Embora seu livro não faça parte do nosso *corpus*, podemos tomar como exemplo o testemunho de Germaine Tillion (1973). Contrastando em seu livro suas anotações feitas em diferentes momentos do pós-guerra, Germaine Tillion faz um inventário detalhado das mudanças em sua memória, que vão desde a restituição precisa de certos acontecimentos até memórias mais vagas, tornando-se cada vez mais borradas com o passar do tempo. Esta perda de precisão é acompanhada por uma interpretação cada vez mais matizada, despojada de qualquer amplificação.

⁴⁰ Entrevista com o Sr. Ravine, 5 de fevereiro de 1985, Paris.

⁴¹ N.d.T.: Louis Darquier de Pellepoix foi responsável pela Comissão de Assuntos Judaicos do Governo da França ocupada em Vichy, colaborando com os alemães sob regime nazista. Desde a década de 1930, ligado a organizações de extrema-direita e declarando anti-semitismo, Darquier foi responsável pela deportação de milhares de judeus na França ocupada durante sua atuação na Comissão. Depois da 2ª Guerra, refugiou-se na Espanha franquista. Em 1978, foi entrevistado pelo jornal L'Express e negou ter existido câmaras de gás e o extermínio de judeus nos campos de concentração nazista. Essa entrevista causou comoção pública na França, tal como foi a de Faurisson ao Le Monde (ver nota 37), evidenciando a disseminação de ideias negacionistas do Holocausto no país na década de 1970, perdurando até o século atual.

⁴² Este manuscrito de 129 páginas foi preparado com base em notas acumuladas após 1945. Destinado a ser publicado no trigésimo aniversário da liberação dos campos, não encontrou editor. Que Masha Ravine seja aqui agradecida pela confiança e também pelo tempo que se dispôs a passar conosco.

⁴³ Para resistência no campo, ver especialmente Langbein (1980, p. 153) e Czech (1959-1964).

⁴⁴ N.d.T.: Mala Zimetbaum e Edek Galinski (jovem judeu polonês) atuavam em posições estratégicas no campo de Auschwitz, o que lhes dava condições mais flexíveis de acesso a recursos e informações. Os dois passaram a namorar secretamente e a fuga de ambos do campo teve posteriormente uma repercussão social e simbólica na resistência judaica ao Holocausto.

⁴⁵ Como prova em contrário, o romance de Jacqueline Saveria, *Ni sains ni saufs* (Paris: R. Laffont, 1954), que não faz parte de nosso *corpus* porque não se passa em Auschwitz, é um exemplo disso. Apesar de sua posição abertamente e explicitamente romanceada, ele presume (novamente, na ausência de qualquer indicador objetivo) a identidade entre o autor e o personagem principal. Na verdade, o trabalho de eufemização próprio à essa forma literária não produz idealização, mas, ao contrário, realismo, permitindo a enunciação de fatos que normalmente são indizíveis na medida em que se relacionam à posição de *kapo*

(*Anweiserin*, uma espécie de capataz) ocupada pelo personagem principal. A disparidade assim criada entre a identidade do deportado (durante o campo) e a do sobrevivente (após o campo) parece ser um problema pessoal demais - e tanto mais quanto mais se prolonga - para ser dizível no contexto de um testemunho que, como vimos, por definição só tem valor em referência a uma experiência geral. Isso é o que torna, por sua vez, a escritura necessária e difícil ao mesmo tempo, uma contradição que pode ser resolvida voltando-se para a ficção, onde a pessoa é automaticamente transformada em um "personagem". Dessa forma, a descrição dos outros - e de si mesmo -, que é sempre uma tarefa difícil em si, pode ser alcançada evitando-se a referência à uma factualidade que está sempre aberta a contestações.

⁴⁶ Para uma discussão sobre o problema de dar forma literária à experiência concentracionária, consulte a discussão da obra de Elie Wisel por Langer (1982, p. 132 seg.).

⁴⁷ N.d.T.: Designa ações planejadas para prisões em massa feitas pelos alemães ou, no caso francês, por sua polícia. Por exemplo, em Paris, a maior e mais conhecida das *rafles* ocorreu nos dias 16 e 17 de julho de 1942: quase 13.000 homens, mulheres e crianças judeus foram presos pela polícia durante a operação do *Vél' d'Hiv'* e levados para o *Vélodrome d'hiver* onde foram 'selecionados'. Quase todos foram deportados para Auschwitz e exterminados pelos nazistas.

⁴⁸ Para uma apreensão em francês, consulte Botz e Pollak (1982, p. 3).

⁴⁹ N.d.T.: Em francês *résistant*. Na França, a *Résistance* designa as redes de homens e mulheres que se formaram para resistir contra a invasão alemã, depois da derrota do exército francês, em junho de 1940, nove meses após o início da Segunda Guerra Mundial. O General De Gaulle, no dia 18 de junho de 1940, pronunciou um discurso em Londres que foi transmitido pelo rádio, chamando os franceses a continuar os combates. A luta dos *résistants* – que foram vistos posteriormente como heróis da guerra – não era travada somente contra os alemães, mas contra o Estado francês e os que auxiliaram os alemães, os *collaborateurs* (colaboradores), considerados inimigos da França.

⁵⁰ N.d.T.: No original, “judéité”, palavra que sugere “identidade judaica”. Achamos melhor traduzir por “judaísmo”, a fim de ser melhor entendido, do que seria usar o neologismo “judeidade”.

⁵¹ N.d.T.: É a categoria pejorativa que os franceses davam aos alemães.

⁵² N.d.T.: STO significa “serviço de trabalho obrigatório”, instituído entre 1943 e 45 por parte dos alemães e com a anuência do governo francês de Vichy, que exigia que trabalhadores franceses fossem mão de obra compulsória nas fábricas, nas atividades agrícolas e outros trabalhos, enquanto os alemães estavam atuando diretamente na guerra. Cerca de 600 mil a 650 mil franceses foram obrigados a trabalhar compulsoriamente na Alemanha.

⁵³ N.d.T.: Termo jurídico. Um prisioneiro de direito comum é uma pessoa presa depois de ser considerada culpada, após um julgamento num tribunal.

⁵⁴ N.d.T.: RFA – a antiga República Federal Alemã, ou seja a chamada Alemanha Ocidental, em oposição à antiga RDA, a República Democrática da Alemanha, a Alemanha Oriental, sob influência da União Soviética. Com a queda do muro de Berlim, que dividia a capital das 2 repúblicas, a Alemanha se reunifica em 1989.

⁵⁵ Para esse conceito, ver: Rousso (1985, p. 55 e seg.).

⁵⁶ Veja, sobretudo, Lifton (1967).

⁵⁷ Na literatura psiquiátrica, Richartz (1976), insistiu nesse problema de

comunicabilidade.

⁵⁸ As primeiras publicações de Bruno Bettelheim, na tradução francesa, datam de 1943: Bettelheim (1979); Federn (1948). Mais tarde, outro psicólogo sobrevivente acrescentou suas análises à mesma perspectiva: Frankl (1962).

⁵⁹ Esse relatório descreve suicídios nos guetos húngaros e durante a deportação. Da mesma forma, Herbert Strauss, que viveu em Berlim até 1943 antes de entrar na clandestinidade e de se exilar, estima que cerca de 20% das pessoas nas listas de deportação elaboradas pela comunidade judaica de Berlim cometeram suicídio. Também em Berlim, estima-se que 25% de todos os enterrados no cemitério judeu de Weissensee entre 1942 e 1943 cometeram suicídio (Blau, 1950).